

TJMS
EM NOTÍCIAS



DEVER CUMPRIDO

COM O JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL



Artigo: A Aposentadoria não o tornará anônimo.....6

Des. Luiz Carlos Santini: Dever cumprido com o Judiciário de Mato Grosso do Sul7

TJMS realiza reuniões setoriais em comarcas do interior11

Projeto Conheça o Judiciário aproxima cidadão da justiça13

Judiciário de MS cumpre Metas de 201115

TJMS julga 5% a mais que distribuição de 201116

MS tem mais de 750 mil ações em andamento na justiça de 1º grau17

Vice-Presidência: TJMS paga 132 milhões de reais em precatórios em 2011.....18

Decisões na Vice-Presidência crescem 168% em três anos20

Corregedoria realizou correições em 60% das comarcas em 201121

EJUD promove capacitação de juizes e servidores de MS22

Coordenadoria da Infância e Juventude dissemina projetos para as comarcas26

Ouidoria Judiciária mantém-se como serviço atuante no TJMS.....27

MS tem Núcleo Permanente para Solução de Conflitos.....28

Criada a Coordenadoria Estadual da Mulher em MS29

Comissão aprimora segurança de magistrados de MS30

Convênio destina R\$ 142 mil para medidas de segurança31

Convênios com Prefeituras diminuem processos de execução fiscal32

Câmara de Conciliação reduz processos das Varas Cíveis Residuais de Campo Grande ...33

Capital de MS tem Posto de Atendimento e Conciliação Extraprocessual.....34

Instituída Gestão Documental dos processos judiciais de MS35

Acordo permitirá integração entre TJMS e TRF-336

TJMS cumpre meta com a criação de Escritório de Projetos37

Pesquisa de satisfação avalia serviços do Judiciário de MS.....38

CNJ doa avião do tráfico ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.....39

Judiciário de MS passa a contar com 12 novos juizes substitutos.....40

TJMS empossa aprovados no Concurso Extrajudicial.....41

MS tem 70% de suas comarcas digitalizadas42

TJ implanta processo eletrônico no 2º grau dos juizados43

Peticionamento nas varas digitais é exclusivamente eletrônico44

TJ investe na aquisição de equipamentos de videoconferência45

TJ implanta gravação audiovisual de audiência e cumpre Meta do CNJ.....46

TJ implanta relatório *on-line* de produtividade dos juizes de 1º grau 47

Implantado Sistema de Administração de Precatórios..... 48

Nova ferramenta produzirá relatórios gerenciais..... 49

TJ implanta sistema digital para Processos Administrativos..... 50

Instituído sistema de acesso *on-line* aos antecedentes criminais..... 51

TI automatiza manutenção e mudanças de sistemas administrativos 52

TJMS substitui todos os computadores dos magistrados 53

TJMS reconhece importância do adicional de qualificação 54

Implantado adicional de insalubridade a servidores..... 55

Auxílio-alimentação é pago a servidores por dia de efetivo exercício..... 56

Administração do TJ investe em manutenção de prédios e novas obras 57

Mutirão carcerário analisa mais de 8 mil processos em tempo recorde 58

Bonito sedia XXIX Fórum Nacional dos Juizados Especiais..... 59

MS realiza I Congresso de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário 60

Sucesso marca a Semana da Conciliação 2011 em MS 61



Após 14 meses na Administração do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e mais de 34 anos na magistratura estadual, o desembargador Luiz Carlos Santini se aposenta, neste mês de março, e faz-se necessário um balanço de suas ações à frente da justiça sul-mato-grossense.

Essa primeira etapa do Biênio 2011/2012 marcou-se por sua abertura à sociedade e pela prestação de contas dos trabalhos realizados pelo Judiciário de MS. Em iniciativa inovadora, a administração do Tribunal visitou comarcas para avaliar quais eram as necessidades e as dificuldades que se apresentavam no interior do Estado. Essa aproximação objetivou dar uma satisfação à população do que é feito pelo Poder Judiciário e permitiu sentir a real situação para estudos e tentativa de resolução dos problemas.

Para uma maior transparência e aproximação do justiça estadual com o jurisdicionado foi implantado o projeto Conheça o Judiciário. O programa permite que os participantes adquiram conhecimentos práticos a respeito do funcionamento da justiça estadual, cria canais efetivos de comunicação com a sociedade e torna possível à população conhecer a realidade do Tribunal de Justiça, sua atuação como órgão participativo e interativo com os problemas sociais e, principalmente, como guardião das garantias constitucionais.

Destaque especial nesse período foi alcançado na prestação jurisdicional. Mato Grosso do Sul foi reconhecido nacionalmente como o 2º judiciário do país em produtividade dos magistrados, tanto em 1º quanto em 2º graus. Apesar da crescente demanda, ações como convênios firmados com prefeituras na área de execução fiscal e inovações na gestão de precatórios permitiram que os efeitos da crescente judicialização fosse amenizado no judiciário estadual. Para combater a demanda, a cultura da conciliação também foi incentivada, com a criação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e da Câmara Provisória de Conciliação das Varas Cíveis Residuais da Capital.

No cumprimento das Metas do Judiciário Nacional, Mato Grosso do Sul mais uma vez atingiu seus objetivos e cumpriu as determinações com sucesso. Das quatro metas propostas para o ano de 2011, três foram atingidas em sua integralidade e uma delas alcançou 95% de cumprimento.

Na área de Tecnologia da Informação, o Poder Judiciário de MS mantém-se na vanguarda e, com os trabalhos realizados no último ano, já são 70% das comarcas digitalizadas, com os novos processos tramitando em formato digital. Nesta gestão ainda foi implantado o peticionamento exclusivamente eletrônico, a utilização da videoconferência como ferramenta auxiliar em treinamentos e atos processuais e administrativos, além do desenvolvimento de diversos sistemas que propiciam celeridade e efetividade aos trabalhos do judiciário estadual.

Neste período, a capacitação e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores foi impulsionada com os cursos e treinamentos desenvolvidos pela Escola Judicial de MS, tanto na modalidade presencial quanto a distância.

No setor de gestão de pessoas os principais benefícios aos servidores foram a implantação do adicional de insalubridade àqueles que trabalham em situações insalubres e o incentivo à capacitação, com a concessão do adicional de qualificação aos serventuários efetivos que alcançam graduação superior à exigida para o cargo.

Neste mês de março encerra-se mais uma etapa da gestão do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e os resultados atingidos demonstram que a justiça estadual mantém-se entre as mais modernas, produtivas e eficazes do país. Os desafios se renovam e o judiciário sul-mato-grossense não para, sempre motivado na busca incessante da prestação jurisdicional célere à sociedade.

MISSÃO

Prestação jurisdicional em tempo razoável

Parque dos Poderes - Bloco 13
 Campo Grande - MS - CEP: 79031-902
 Telefone: (67) 3314-1382/3314-1304
 www.tjms.jus.br

Presidente:

Des. Luiz Carlos Santini

Vice-Presidente:

Des. Hildebrando Coelho Neto

Corregedor-Geral de Justiça:

Des. Atapoã da Costa Feliz

Diretora-Geral da Secretaria
 do Tribunal de Justiça:

Syrene Barcelo de Souza Falleiros
 Juizes Auxiliares da Presidência
 Marcos José de Brito Rodrigues
 Elizabete Anache

Juizes Auxiliares da Vice-Presidência

Alexandre Antunes da Silva
 Carlos Alberto Garcete de Almeida

Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Simone Nakamatsu
 Cesar Castilho Marques

Tribunal Pleno

- Des. Rubens Bergonzi Bossay
- Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
- Des. João Carlos Brandes Garcia
- Des. Oswaldo Rodrigues de Melo
- Des. Luiz Carlos Santini
- Des. Josué de Oliveira
- Des. Joenildo de Sousa Chaves
- Des. Atapoã da Costa Feliz
- Des. Hildebrando Coelho Neto
- Des. João Maria Lós
- Des. Divoncir Schreiner Maran
- Des. Paulo Alfeu Puccinelli
- Des. João Batista da Costa Marques
- Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges
- Des. Paschoal Carmello Leandro
- Des^a. Marilza Lúcia Fortes
- Des. Julizar Barbosa Trindade
- Des. Romero Osme Dias Lopes
- Des. Carlos Eduardo Contar
- Des. Sérgio Fernandes Martins
- Des. Sideni Soncini Pimentel
- Des. Dorival Renato Pavan
- Des. Vladimir Abreu da Silva
- Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
- Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
- Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
- Des. Dorival Moreira dos Santos
- Des. Marco André Nogueira Hanson
- Des. Manoel Mendes Carli
- Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Realização: Assessoria de Imprensa
 Jornalista Responsável: Diego Espíndola Virgílio - DRT 02/MS
 Diagramação: Departamento de Relações Públicas
 Impressão: Coordenadoria Gráfica
 Tiragem: 400 exemplares
 Circulação: Nacional

Fotos:

Divulgação TJMS
 Marcos Volkopf
 Acervo pessoal - Des. Luiz Carlos Santini

A APOSENTADORIA

NÃO O TORNARÁ ANÔNIMO

* por Hélivio Pissurno

Conheci o Desembargador Luiz Carlos Santini no ano de 1980, quando judicante em uma das varas da Comarca de Aquidauana. Faz, portanto, trinta e dois anos e posso afirmar ter a nossa, já longeva amizade, nascido de uma diatribe de natureza jurídica; ele presidia uma sessão do Tribunal do Júri, onde eu figurava como advogado de defesa. Na oitava de testemunhas, no plenário, enderecei repergunta a uma delas e ele determinou fosse justificada a respectiva relevância, sob pena de não provê-la, obtemperei tratar-se de matéria de fato passível de juízo valorativo apenas pelo julgador popular e postulei constasse da ata o anunciado indeferimento, por mim entendido, como cerceamento do princípio constitucional da ampla defesa.

Apesar do clima de desconforto por ser um caso rumoroso e de numerosa plateia, ele não demonstrou qualquer mágoa, presidiu com isenção o julgamento resultante na absolvição do acusado. Tampouco, guardei dele o menor ressentimento.

Nossa convivência aumentou em decorrência de alguns processos de minha militância naquela comarca, para onde ia com constância e sempre lhe visitava, estando ou não sob a sua esfera jurisdicional os feitos do meu interesse profissional. Nesse aspecto devo ressaltar tive vitórias e derrotas, nunca, contudo, dissentimos pessoalmente, até porque não fui cativado por suas decisões, mas pelos seus atributos enquanto ser humano.

Quando foi promovido para Campo Grande os nossos contatos estreitaram-se e posso dizê-lo portador de belíssimo caráter, inabalável senso de humor, afável, despido de arrogância, inimigo da prepotência e, sobretudo, detentor de irrefutável honestidade.

Na esteira do cientificismo jurídico é um publicista emérito e notável, foi professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e proferiu diversas palestras acadêmicas, muitas no plano internacional.

Como julgador, em ambas as instâncias, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, sempre foi progressista

e avesso ao conservadorismo e exatamente por isso nunca teve pejo de ser voto vencido, no colegiado, pois nunca foi conduzido pela vaidade que pode aflorar do cargo, senão pelo seu ideário jurídico substancial.

Enquanto presidente do Sodalício ostenta vários méritos, para não me alongar cito um: Pretendeu tornar o Tribunal conhecido e, mais ainda, entendido pelo povo e desenvolveu grande campanha nesse desiderato.

A aposentadoria o colhe em pleno vigor físico e intelectual, mas não o abate, tampouco o incapacita porque despida do condão de reduzi-lo ao anonimato e ao esquecimento, pois homens do seu quilate jamais serão anônimos!



Advogado militante neste Estado há 42 anos. Membro Nato Vitalício da OAB/MS.

DES. LUIZ CARLOS SANTINI

DEVER CUMPRIDO COM O JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL



Depois de permanecer por mais de um ano no comando dos rumos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, o Des. Luiz Carlos Santini deixa neste mês de abril os quadros da justiça sul-mato-grossense. Ao completar 70 anos, no dia 3 de abril, ele se aposenta com o sentimento de dever cumprido.

Em fevereiro de 2011, na solenidade de posse da administração do TJMS, autoridades dos poderes Legislativo e Executivo de Mato Grosso do Sul, além do Judiciário de outros estados, em seus discursos, deixaram clara a confiança que tinham em quem assumia a responsabilidade de manter a justiça de MS com

o mesmo prestígio que teve desde sua instalação em 1979.

Mas como foi trabalhar com tão grande responsabilidade? Quem é o magistrado que foi o 18º presidente do Tribunal de Justiça de MS? Casado com dona Marilene, pai de Luiz Carlos Júnior e Ana Cláudia, e avô de Pedro Henrique, Luiz Carlos Santini é paulista de Bauru e ingressou na magistratura em 1977, ano da criação do estado de Mato Grosso do Sul, então estado de Mato Grosso uno.

Formou-se em Direito na década de 1960, em sua cidade natal. Tem especialização na USP e na PUC em Direito Administrativo e Direito Tributário. Iniciou a carreira jurídica como advogado no ano de 1969, a qual perdurou até 1977, ano em que ingressou na magistratura do então Estado de Mato Grosso uno, na Comarca de Aparecida do Taboado. Três anos depois, por merecimento, foi promovido para a 1ª Vara Cível de Aquidauana e, em 1984, por antiguidade, foi promovido para a 2ª Vara Cível em Campo Grande.

A área acadêmica também teve papel de destaque na carreira do magistrado, que idealizou e criou o curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde foi professor das disciplinas de Teoria Geral do Estado e Ciências Políticas, de Introdução ao Estudo do Direito e de Direito Constitucional, no período de 1996 a 2008. Também lecionou no período de 1973 a 1977 em outros cursos e instituições no interior paulista, e de 1985 a 1996 na Capital sul-mato-grossense. Com participações de destaque em congressos e conferências no Brasil e no



Colação de Grau em Direito pela Instituição Toledo de Ensino em Bauru (SP) - 1968



Instalação do Fórum de Aparecida do Taboado em 1979

exterior, Santini compartilhou seus conhecimentos jurídicos e acadêmicos durante toda a carreira.

Em 1987, por permuta, passou a titularizar a 1ª Vara Cível da Capital e, em 1991, por antiguidade, foi promovido ao cargo de desembargador do TJMS. Santini exerceu o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça no biênio 1999/2000, e o de presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 2009/2010. Pelos trabalhos realizados na área acadêmica e judicante, obteve reconhecimento com a outorga de títulos e condecorações em diversos cantos do país.

Ao assumir a presidência do TJMS, ele se comprometeu em agilizar a prestação jurisdicional, dar melhor conforto de trabalho aos servidores, sem aumentar os encargos que a população paga para a manutenção deste Poder Estatal. “Nossa administração procurará gargalos no andamento da prestação

jurisdicional e buscará a essência do problema, que não se resume tão somente na nomeação de novos juizes e contratação de novos funcionários ou criações ou elevações de comarca”, disse. E assim foi feito.

Visões diferentes - Com tantos predicados, como será que Luiz Carlos Santini é visto e definido por pessoas que trabalharam e conviveram com ele ao longo de seus 70 anos? Com a palavra alguns profissionais que tiveram a oportunidade de conviver com ele.

Alir Terra Lima Tavares trabalhou com Santini quando este presidiu o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MS) e considera seu perfil interessante. “Ele faz muitas coisas ao mesmo tempo. É dinâmico e isso faz com que tudo seja realizado com mais rapidez, o que não é normal no serviço público. Prima pela produtividade e, como pessoa, é muito humano e trata todos igualmente. Além disso, é

muito espontâneo e aberto, e isso faz com que as pessoas acreditem que é uma pessoa fácil de lidar”, disse ela.

Ao final, ela deixa uma mensagem: “Pena que não existam mais pessoas como ele. Se existissem, com certeza o mundo seria muito melhor”.

Emocionado ao falar do amigo Luiz Carlos, o comerciante de joias na cidade paulista de Bauru, Raduan Trabulsi, contou que conhece o desembargador desde a década de 60, quando Santini era advogado naquela cidade.

Raduan se confessou suspeito para emitir opiniões a respeito dele, que sempre agiu com simplicidade, humildade com todos e relatou uma situação pitoresca: sempre que Santini vai a Bauru costuma frequentar um café.

“Certa vez, o local ficou tão cheio de pessoas que foram até lá para cumprimentá-lo que um jornal local tirou uma foto e a publicou, tamanha sua popularidade. Ele conhece todo mundo, não se esquece de ninguém. É de uma lealdade muito grande, está sempre à disposição, larga tudo para ajudar as pessoas. É o reflexo da correção. Como mensagem, eu diria que feliz é a pessoa que tem a amizade do Santini. Ele é uma fotografia para meus filhos”.

Olival Miziara, advogado em Bauru, conheceu Santini quando este era sócio de seu pai em um escritório de advocacia. Olival era seu estagiário e lembra que o

amigo deixou de advogar para assumir a magistratura.

Apesar da distância, os dois são muito próximos e sempre mantiveram contato. Olival garante que ambos se admiram e têm mútua e irrestrita confiança, sentimentos solidificados ao longo dos anos.

“Temos uma amizade que começou no início da década de 70 e se manteve como um relacionamento franco, sincero, honesto. O Santini é um homem digno, verdadeiro cristão, honrado chefe de família, magistrado vocacionado. Sempre teve sede de justiça e lutou contra as injustiças. Como mensagem, digo ao amigo: continue como sempre foi - homem grandioso, porém sempre humilde”.

O assessor da Corregedoria Nacional de Justiça, Des. Sílvio Marques, é outro que conhece Luiz Carlos Santini há mais de 50 anos. Eles foram escoteiros e Marques foi monitor da Patrulha da Onça, da qual Santini fazia parte.

Mesmo longe, permaneceram ligados e Sílvio acompanhou a carreira do amigo desde que ele saiu de Bauru para se tornar juiz em território sul-mato-grossense. “Nesse tempo todo, o Santini não mudou: curioso, ativo, batalhador, participa de tudo. Estava em Campo Grande, acompanhando o trabalho da corregedora e, coincidentemente, fui reconhecido de longe pelo amigo que me convidou para sua posse na administração do TJMS”.

O Des. Sílvio Marques deixou como mensagem uma alusão ao tempo de escoteiro: Sempre alerta!

Amigo dos tempos dos bancos universitários, em Bauru, o advogado Ary Sortica dos Santos considera Santini uma excelente pessoa e ressalta que sempre foi do mesmo jeito.

“Quando juiz, recebia a todos do mesmo modo. Sempre valorizou o advogado. É competente, estudioso e deixa a magistratura com a consciência do dever cumprido, pois honrou a magistratura de Mato Grosso do Sul. Minha mensagem para ele é: um amigo que se destacou entre os amigos. Qualquer pessoa tem orgulho de ser seu amigo”.



1. Posse no cargo de Vice-Presidente do TJMS em 1999; 2. Na presidência do TRE-MS no Biênio 2009/2010; 3. Na presidência do TJMS no Biênio 2011/2012; 4. Expositor no VIII Encuentro de Especialistas en el Mercosur - Rosario /Argentina - 2000; 4. Posse no cargo de desembargador do TJMS em 1991

Luiz Carlos Santini foi promovido a desembargador para ocupar a vaga deixada pelo Des. José Rizkallah, que se aposentara. Sobre o sucessor, Rizkallah lembra que foram vizinhos de comarca quando julgavam em primeiro grau.

“O Des. Santini sempre foi solícito e solidário, empenhado, sempre ativo, cheio de vigor, com família muito bem constituída. Minha mensagem para ele é que na nova fase de sua vida, a inatividade seja apenas na aposentadoria”.

O Des. Claudionor Miguel Abss Duarte contou que conhece Santini desde o início da carreira, como magistrado no então MT uno. “Fomos colegas na UFMS e ele sempre se mostrou lhan e preocupado com a efetividade da justiça. Por onde julgou deixou amigos e ganhou respeito da sociedade. No Tribunal de Justiça, quer como julgador independente e, por último, como administrador, deixa sua marca: simplicidade e eficiência”.

Na mensagem, o Des. Claudionor lembrou o espírito inquieto do amigo. “Tenho certeza de que se aposentará apenas como magistrado, mas continuará prestando relevantes serviços ao Estado”.

A última a falar sobre o Des. Santini foi Syrene Barcelo de Souza Falleiros, que o conhece desde 1977, pois foi sua primeira escritã quando chegou na Comarca de Aparecida do Taboado. Anos se passaram, ela foi assessora

do desembargador por oito anos e agora, quando de sua saída, suas vidas profissionais se cruzam novamente, pois ela exerce o cargo de Diretora-Geral do TJMS, em sua gestão como presidente.

Syrene conta que ele não perdeu a simplicidade que tinha quando chegou em sua primeira comarca, no interior do Estado, e que, com o passar do tempo, os traços de dinamismo, objetividade, celeridade, empreendedorismo e sensibilidade só aumentaram. Afirma, ainda, que a austeridade que é imposta pelo cargo de magistrado não anulou sua

essência humana, pois atende e escuta todos aqueles que o procuram, sem nenhuma distinção.

A mensagem de quem começou a carreira como escritã de Santini e se aposenta na mesma época é consequência de um longo tempo de convivência e respeito. “Infelizmente a imposição legal interrompe uma brilhante carreira quando ainda há tanto a fazer. O Poder Judiciário e os jurisdicionados muito perderão com a aposentadoria do Des. Santini, magistrado e administrador probo, culto, dinâmico e empreendedor”.



Des. Luiz Carlos Santini e família na solenidade de posse no cargo de Presidente do TRE/MS em 2009



TJMS REALIZA REUNIÕES SETORIAIS EM COMARCAS DO INTERIOR

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Luiz Carlos Santini, realizou no ano de 2011 reuniões setoriais em comarcas do interior. Na prática, foram encontrados realizados na tentativa de encontrar soluções para as dificuldades enfrentadas pela justiça sul-mato-grossense. A medida foi adotada em razão do clamor dos membros do Poder Judiciário, dos órgãos auxiliares da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública e OAB/MS), além da própria comunidade. Participaram das reuniões as pessoas envolvidas na prestação jurisdicional, bem como os órgãos representativos da sociedade civil.

Na pauta, entre outros assuntos, estiveram as

dificuldades orçamentárias para nomeação de novos magistrados e servidores, além da criação e instalação de novas comarcas ou varas. Assim, nas reuniões puderam ser apresentadas sugestões, notícias, reclamações ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento do serviço forense.

As reuniões foram realizadas no auditório do Tribunal do Júri, do Fórum das seguintes comarcas:

a) Comarca de Nova Andradina, no dia 15 de julho, incluindo as Comarcas de Angélica, Ivinhema, Glória de Dourados, Bataiporã, Deodápolis e Anaurilândia;

b) Comarca de Coxim, no dia 22 de julho, incluindo as Comarcas de Sonora, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, São Gabriel do Oeste e Camapuã;

c) Comarca de Chapadão do Sul, no dia 25 de julho, incluindo as Comarcas de Costa Rica e Cassilândia;

d) Comarca de Jardim, no dia 29 de julho, incluindo as Comarcas de Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Anastácio, Miranda, Bonito, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho;

e) Comarca de Amambai, no dia 1º de agosto, incluindo as Comarcas de Sete Quedas, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo e Itaquiraí;

f) Comarca de Corumbá, no dia 12 de agosto.

Participaram das reuniões o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Luiz Carlos Santini, o corregedor-adjunto, Des. Dorival Moreira dos Santos, magistrados, promotores, defensores, advogados, além de autoridades das comarcas.

Nos encontros, os participantes fizeram reivindicações, expuseram as deficiências observadas e exaltaram a visita da administração do TJ às comarcas, além do trabalho desempenhado pelos juizes que representam o judiciário no interior de MS.

O presidente do TJMS destacou que o objetivo das visitas às comarcas foi ouvir os operadores do Direito e a população acerca do serviço forense do judiciário estadual e, com isso, buscar soluções para as dificuldades encontradas. “Percorremos as comarcas do interior do Estado para verificarmos *in loco* as sugestões, as reclamações em relação aos serviços oferecidos pelo judiciário sul-matogrossense que ajudarão no nosso planejamento estratégico para podermos oferecer à população um poder judiciário célere e eficaz”.

Servidores

Paralelamente às reuniões setoriais de Coxim, Jardim e Corumbá, ocorreu o encontro dos serventuários das comarcas com servidores de áreas estratégicas do Tribunal de Justiça, como Direção-Geral, Tecnologia da Informação, Planejamento e Bens e Serviços para explanações acerca dos sistemas e procedimentos utilizados para garantir a celeridade do judiciário estadual.



Comarca de Nova Andradina



Comarca de Coxim



Comarca de Chapadão do Sul



Comarca de Jardim



Comarca de Amambai



Comarca de Corumbá

PROJETO CONHEÇA O JUDICIÁRIO APROXIMA CIDADÃO DA JUSTIÇA



"O juiz deu parecer". Quem já não ouviu esta frase? Por mais comum que possa parecer, a frase está errada porque quem requer e dá parecer é o Ministério Público. O juiz decide.

Para esclarecer esses e outros equívocos e mostrar o trabalho, as funções e as atividades da justiça estadual, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul lançou, em novembro de 2011, o projeto Conheça o Judiciário.

O projeto cumpre a Meta 4 do Judiciário Nacional a qual prevê a implantação de pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

O Conheça o Judiciário possibilitará, com linguagem apropriada, nos mais diferentes meios de comunicação, que os cidadãos descubram que

o Poder Judiciário é essencial na vida democrática e que está ao alcance de todos.

Entre as ações do projeto estão previstas visitas aos órgãos do Poder Judiciário, divulgação nas mídias impressa, falada e televisiva; palestras; convênios com escolas, disponibilização de *outdoor* em diferentes pontos da Capital, utilização de *busdoor*, distribuição de cartilhas, dentre outros.



Na solenidade de lançamento do projeto, foram apresentadas as peças publicitárias da campanha como a cartilha, os manuais, o vídeo, as imagens disponibilizadas em *busdoor* e *outdoor*, o *site* e a página na mídia social (*Facebook*).

Interior - O Projeto Conheça o Judiciário também está sendo desenvolvido nas comarcas do interior. Exemplo disso, no mês de dezembro de 2011 ocorreu a visita dos acadêmicos do 4º ano de Serviço Social de uma universidade com polo em Três Lagoas ao Fórum daquela cidade.

Os alunos foram recebidos pela equipe psicossocial e houve uma palestra com a psicóloga e com a assistente social da comarca, que explicaram o trabalho realizado pelo setor no Poder Judiciário.

Importante ressaltar que esse projeto possibilita, com linguagem apropriada, que os cidadãos descubram que o Poder Judiciário é essencial na vida democrática e que está ao alcance de todos. O Poder Judiciário, como garantidor da cidadania, é o mais fiscalizado e cobrado, assim é necessário divulgar suas qualidades e sua importância.



JUDICIÁRIO DE MS

CUMPRE METAS DE 2011



Des. Dorival Moreira dos Santos (esq.) representou o Poder Judiciário de MS na premiação

O Tribunal de Justiça de MS cumpriu integralmente três das quatro metas nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2011. A Meta número 3, que atingiu um grau de cumprimento de 95%, foi a única que ficou abaixo dos 100%.

Em cumprimento à Meta 1, que estabeleceu a criação de uma unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica, o Tribunal de Justiça instituiu o Escritório de Projetos por meio do Provimento nº 245, de 25 de outubro de 2011. A implantação ocorreu no mês de novembro de 2011.

O Escritório de Projetos trará uma padronização das ações desenvolvidas no judiciário sul-mato-grossense. Trata-se de uma prática já

adotada pela iniciativa privada. O escritório realizará o acompanhamento dos projetos estratégicos e dos projetos que envolvam recursos financeiros previstos no orçamento.

A instalação do projeto-piloto de gravação das audiências na Comarca de Bandeirantes em áudio e vídeo cumpriu a Meta 2, que estabeleceu a implantação de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Outra meta cumprida pelo TJMS foi a Meta 4, que tratava da implantação de pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Em cumprimento a esta meta foi lançado no dia 10 de novembro de 2011 o projeto Conheça o Judiciário, que visa aproximar o cidadão da justiça. O projeto permite que a população adquira conhecimentos práticos a respeito do funcionamento da justiça estadual.

A única meta não cumprida integralmente foi a Meta 3, que estabeleceu aos tribunais julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcelado estoque, com acompanhamento mensal. No entanto, aproximadamente 95% da meta foi cumprida, restou apenas um quantitativo muito pequeno de processos, embora a grande maioria das comarcas do Estado tenha cumprido o estabelecido em sua integralidade.

A eficácia do TJMS foi mais uma vez reconhecida durante a solenidade de apresentação dos resultados do cumprimento das metas de 2010 ocorrida no mês de abril de 2011, em Brasília. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul ficou em 4º lugar dentre os tribunais do país. A conquista foi anunciada pelo próprio ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF).

TJMS JULGA

5% A MAIS QUE DISTRIBUIÇÃO DE 2011

Em 2011 foram distribuídos 43.455 novos processos ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e julgados 45.611 feitos. Os julgamentos superaram a distribuição em torno de 5%.

Ao longo de 2011 foram julgados 6.916 processos de anos anteriores. Foram 5.562 processos de 2010, outros 776 relativos a 2009, 529 de 2008, 47 de 2007 e ainda dois feitos datados do ano de 2006.

Neste ano de 2012, o Poder Judiciário estadual iniciou suas atividades com 6.938 processos pendentes

de julgamento nas câmaras cíveis e criminais. Em janeiro, foram protocolados 3.284 novos processos e foram julgados 3.059 feitos. Foram julgados 2.179 dos processos pendentes de julgamentos.

Em 10 anos, o volume de processos distribuídos ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) quase quadruplicou. Em 2001 foram distribuídos 11.840 processos, já em 2011 foram 44.521, um aumento de 276%. Quanto ao total de julgamentos, nos 10

últimos anos houve aumento de quase cinco vezes a quantidade de processos julgados, aumento de 388%.

De acordo com o relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os desembargadores do TJMS detêm a 2ª maior produtividade entre os tribunais do país. Com relação aos tribunais de pequeno porte, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul ocupa a 1ª posição em produtividade.



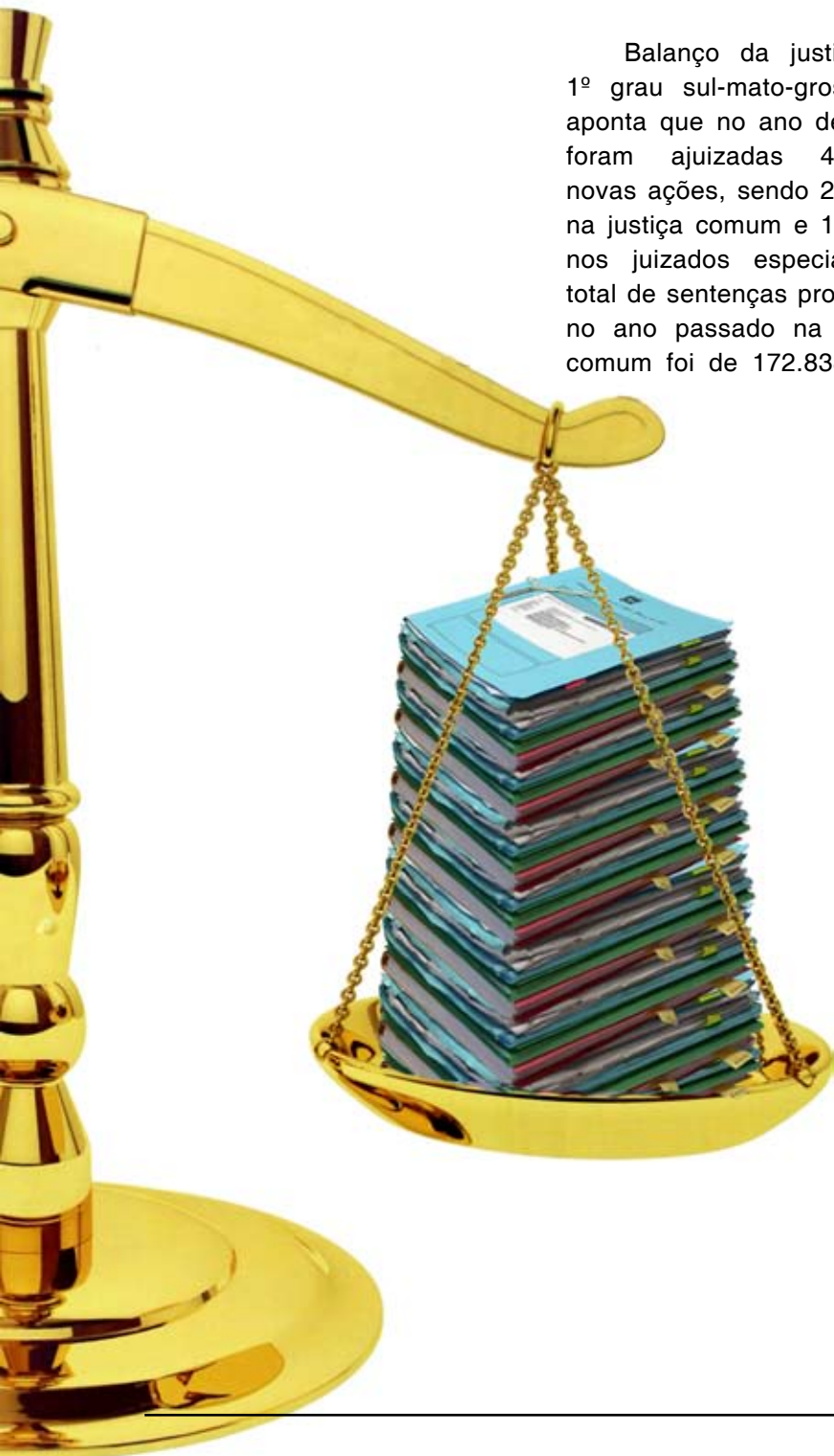
MS TEM MAIS DE 750 MIL AÇÕES EM ANDAMENTO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

Balanço da justiça de 1º grau sul-mato-grossense aponta que no ano de 2011 foram ajuizadas 406.074 novas ações, sendo 294.569 na justiça comum e 111.505 nos juizados especiais. O total de sentenças proferidas no ano passado na justiça comum foi de 172.838. Nos

juizados especiais das 54 comarcas de MS foram prolatadas 96.107 sentenças, proferidas 23.967 decisões e 118.685 despachos.

Somente no mês de janeiro de 2012 foram ajuizados 26.569 processos na justiça de 1º grau de Mato Grosso do Sul, 18.557 na justiça comum e 8.012 ações nos juizados especiais. No final de janeiro, tramitavam na justiça estadual mais de 750 mil ações, em torno de 655 mil na justiça comum e 95 mil nos juizados.

De acordo com o relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que analisa a realidade da justiça brasileira, Mato Grosso do Sul ocupa a 2ª posição nacional quanto à produtividade dos magistrados na justiça de 1º grau. Em relação à taxa de congestionamento, na fase de conhecimento, a justiça sul-mato-grossense possui o 3º menor índice do país (34,7%) e o 4º menor índice na fase de execução (63,6%).

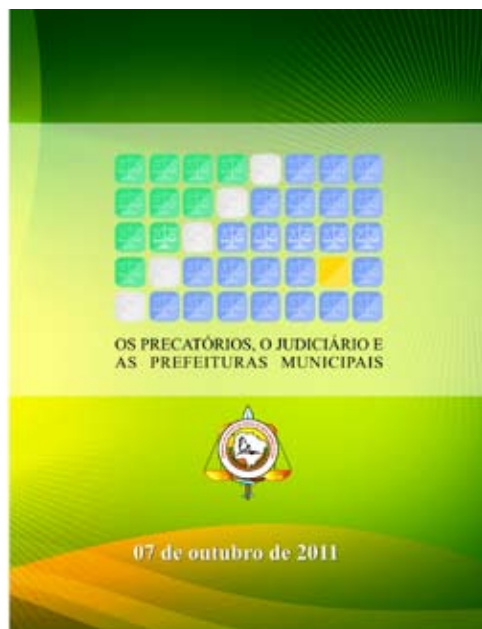


VICE-PRESIDÊNCIA:

TJMS PAGA 132 MILHÕES DE REAIS EM PRECATÓRIOS EM 2011



Vice-Presidente do TJMS, Des. Hildebrando Coelho Neto



No ano de 2011, o setor de Precatórios do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) passou por profundas modificações para proporcionar maior celeridade na gestão dos precatórios. Somente no ano passado foram pagos mais de 132 milhões de reais em precatórios.

Logo no início da atual administração do Judiciário de MS, foi designado um dos juízes auxiliares da Vice-Presidência para cuidar prioritariamente dos precatórios, inclusive com competência para dar impulso aos procedimentos de mero expediente.

Em cumprimento à Resolução nº 115 do CNJ, no mês de março constituiu-se o Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, formado por representantes do TJMS, Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região e pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 24ª Região. Em MS, o Tribunal de Justiça gerencia todos os pagamentos dos credores, incluindo os dos tribunais membros do comitê.

Em abril, foi criado o Departamento de Precatórios, com a finalidade de prestar apoio operacional ao regime especial de pagamento de precatório da União, dos

Estados e dos Municípios, composto pela Coordenadoria de Processamento de Precatórios e pela Coordenadoria de Cálculos de Liquidação de Precatórios.

No mês de outubro, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça realizou o curso “Os Precatórios, o Judiciário e as Prefeituras”, com objetivo de propiciar aos servidores das prefeituras que trabalham diretamente com precatórios esclarecimentos práticos, permitindo que todo o trabalho seja de maneira uniforme.

A Vice-Presidência do TJMS instaurou procedimentos individualizados para o

acompanhamento de depósitos em contas especiais por parte dos devedores; implementou a abertura de contas especiais, centralizadas na Caixa Econômica Federal, e implantou o ofício requisitório por via eletrônica.

E foi na área de Tecnologia da Informação o mais recente avanço para a celeridade na gestão de precatórios em Mato Grosso do Sul. No mês de janeiro de 2012 entrou em funcionamento o Sistema de Administração de Precatórios (Sapre).

Com o Sapre, os cálculos são feitos automaticamente, assim como a ordenação dos precatórios e a gestão dos pagamentos, dentre outras diversas funcionalidades que simplificam tarefas e tornam os trabalhos mais ágeis. O sistema permite consultar a qualquer momento quanto um órgão está devendo em precatórios, visto que o sistema calcula a atualização monetária de forma automática.

Para o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Hildebrando Coelho Neto, a reestruturação dos precatórios, com o advento da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, não teve outro objetivo senão agilizar a tramitação dos precatórios.

Números - Em 2011 foram recebidos 3.340 novos precatórios, mais do que o dobro da quantidade recebida no ano anterior. Mesmo com o aumento considerável na demanda,

alcançou-se o total de 11.177 decisões e despachos. O ano foi encerrado com um estoque de 6.563 processos referentes a precatórios na Vice-Presidência do TJMS.

Durante o ano, foram expedidos 3.465 alvarás, que totalizaram R\$ 132.587.505,73. Desses, R\$ 37.004.341,96 preferenciais (para idosos e pessoas doentes) e R\$ 1.581.340,77 em requisições de pequeno valor.

Em 2011 também foram realizados 159 sequestros no Bacenjud, totalizando R\$ 476.460,71, além de 718 retenções na fonte da Previdência, no total de R\$ 1.216.687,02, e 107 retenções do Imposto de Renda na fonte, alcançando R\$ 904.434,29.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foi pioneiro no país na utilização do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes

(CEDIN) do Conselho Nacional de Justiça.

Com a utilização do CEDIN, foram realizadas retenções no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 10 cidades de Mato Grosso do Sul somente no ano de 2011. Essas retenções totalizaram o valor de R\$ 2.605.577,45 para pagamentos de precatórios.

Todos os resultados alcançados pela Vice-Presidência do TJMS na gestão dos precatórios são publicados mensalmente no Diário da Justiça e no Portal do Tribunal.

Na democratização da gestão dos precatórios, os trabalhos realizados demonstram o esforço para a efetivação dos pagamentos. O resultado se reflete no atendimento ao cidadão, que ganha em celeridade e transparência na prestação jurisdicional.



DECISÕES NA VICE-PRESIDÊNCIA

CRESCEM 168% EM TRÊS ANOS

Nos últimos três anos, as decisões do Gabinete da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) tiveram um enorme salto. Em 2009 foram 3.044 decisões, em 2010 aumentou para 7.082 decisões e, no ano passado, sob a administração do Des. Hildebrando Coelho Neto, foram emitidas 8.174 decisões, crescimento de 15% em relação a 2010 e de

168% em comparação ao ano de 2009.

No decorrer de 2011, a Vice-Presidência do Tribunal recebeu 13.589 processos, número que representa um aumento de 139% com relação ao ano de 2009, quando foram recebidos 5.669 recursos. O órgão constatou um aumento extremamente elevado do número de recursos aos Tribunais Superiores, em

torno de quase 140% em comparação há dois anos.

Diante da enorme demanda de processos à Vice-Presidência, em 2011 houve a necessidade de aumentar a estrutura da assessoria jurídica do órgão, no entanto o quadro atual ainda está aquém da demanda que cresce mensalmente.



CORREGEDORIA

REALIZOU CORREIÇÕES EM 60% DAS COMARCAS EM 2011



Ao longo de 2011 a Corregedoria-Geral de Justiça realizou correições judiciais em 33 comarcas do Estado, atingindo 61,1% do total. Em números absolutos, as correições foram feitas em 92 varas e 32 Secretarias de Direção do Foro.

Na 1ª entrância, os trabalhos de correições foram realizados em 38 varas e 19 Secretarias de Direção. Em 2ª entrância, houve correição em 54 varas e 13 Secretarias de Direção do Foro.

As correições analisam, dentro de um padrão médio de andamento dos trabalhos, onde estão ocorrendo problemas que demonstram que as atividades estão fugindo da normalidade, como, por exemplo, um grande volume de processos parados no cartório.

No extrajudicial, no ano 2011, foram realizadas correições em 29 das 54 Comarcas do Estado, atingindo 53,7% do total. Das 169 serventias existentes foram correicionadas 86, o que representa 50,89% de todas elas.

Essas correições analisam os procedimentos e práticas adotadas pelas serventias extrajudiciais, fiscalizam a arrecadação do Funjecc (Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Cíveis e Criminais) e também verificam como está a administração e a alimentação do Sistema de Gerenciamento de Escrituras (SGE), entre outras verificações.

Para 2012 a expectativa é de que sejam visitadas 25 comarcas, incluindo não apenas as sedes como também os municípios e distritos que fazem parte de cada uma delas, além das serventias extrajudiciais de Campo Grande, de modo que as correições extrajudiciais no biênio 2011-2012 da Corregedoria-Geral de Justiça atinjam 100% das unidades. Da mesma forma, a Corregedoria pretende que as correições nas unidades judiciais também atinjam todas as comarcas do Estado.

Outro destaque na atuação da Corregedoria foi a edição do Provimento nº 60, de 2 de junho de 2011, que instituiu o Sistema de Integração de Dados com o Instituto de

Identificação “Gonçalo Pereira” de Mato Grosso do Sul, o SIDII, para gerenciamento das atividades de consulta e inserção das informações sobre antecedentes criminais no Estado.

Recentemente a Corregedoria editou o Provimento nº 70, de 9 de janeiro de 2012, que estabeleceu regras para o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais no Estado de Mato Grosso do Sul. A edição da norma surgiu da necessidade de regulamentar o processo digital no Estado.

Outra norma de destaque editada pela Corregedoria foi o Provimento nº 63, de 22 de junho de 2011, que proporcionou rapidez na dissolução da união estável em MS. O provimento permitiu que as declarações de dissolução de união estável e de reconhecimento com dissolução de união estável possam ser realizadas nas serventias extrajudiciais.

Além disso, em 2011 foi iniciado um processo de intervenção, seis processos de interdição de Estabelecimento Penal, 160 pedidos de providências, duas reclamações, quatro recursos, quatro recursos administrativos, duas sindicâncias, dentre outros.

EJUD PROMOVE CAPACITAÇÃO

DE JUÍZES E SERVIDORES DE MS

A Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (EJUD) foi criada em julho de 2010 pela Lei nº 3.932 com a finalidade de promover o treinamento, a capacitação, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de magistrados e servidores. Inicialmente, foi nomeada uma direção provisória. Em junho de 2011 foi eleita a diretoria para o biênio 2011/2012, com o Des. Ruy Celso Barbosa Florence como Diretor-Geral e a Des. Tânia Garcia de Freitas Borges como Vice.

No mês de dezembro de 2011 a Escola Judicial passou a ser constituída pela Secretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, e pela Secretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, antiga Secretaria da Escola do Servidor que passou a integrar a EJUD.

A Escola Judicial de Mato Grosso do Sul, para atender aos magistrados e servidores, promoveu diversas capacitações e treinamentos ao longo de 2011. Dentre as realizações

destaca-se o 3º Curso para fins de Vitaliciamento e Promoção e Aperfeiçoamento de Magistrados que ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro na cidade de Bonito, denominado “Simpósio sobre as Reformas do Código de Processo Penal”.



No evento de Bonito, a EJUD inovou no modelo de cursos de formação e aperfeiçoamento de juízes com o formato de workshop, que será mantido pela Escola Judicial, uma vez que houve boa aceitação dos participantes. O simpósio também contou com a presença de desembargadores estaduais e federais, delegados, servidores do judiciário e do público em geral.

Além dos cursos para magistrados, a EJUD promoveu, em parceria com o Núcleo de Solução de Conflitos, capacitação voltada para servidores, conciliadores e mediadores, a qual foi dividida em três módulos. O primeiro trouxe orientações quanto aos meios alternativos de solução de conflitos, o segundo teve como temática a conciliação e suas técnicas e, no último, foi abordada a mediação e suas técnicas.

Em 2011 foram desenvolvidos outros projetos pedagógicos para a capacitação de servidores. Prova disso foram as 286 ações, sendo 253 presenciais e 33 a distância.

Os cursos presenciais, onde foram capacitados 4.000 servidores e na modalidade a distância 1.710, tiveram como temas: Direito e Legislação, Procedimentos, Técnicas e Rotinas Judiciais; Tecnologia da Informação; Projetos Especiais; Gestão; Qualidade e Responsabilidade Social.

Dentre essas ações mereceu destaque o Congresso

Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, realizado em parceria com a Justiça Federal, o Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Regional Eleitoral, com o apoio do Governo Estadual, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas. O congresso teve a participação de 19 Estados, com público de 1.000 pessoas, e foram abordados temas da atualidade na área de gestão de pessoas.

Das parcerias com a Escola Paulista de Magistratura (EPM), Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (EJUD-MS) disponibilizou aos magistrados diversos cursos na modalidade de ensino a distância.

Destaca-se no ensino a distância a criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), desenvolvido na plataforma *moodle*, a qual possibilitará o desenvolvimento de cursos próprios de acordo

com a realidade de demanda, bem como a importação dos disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

A EJUD-MS ofereceu aos magistrados cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento fora do Estado e do país, como o de mestrado promovido pela Escola de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Com a informatização do Poder Judiciário, os operadores do Direito, em geral, estão enfrentando dificuldades para se familiarizar com as novas tecnologias e rotinas de trabalho. Para sanar essas questões, a Escola Judicial promoveu encontros para verificar as necessidades de capacitação desses profissionais, nos dias 9 de dezembro de 2011 e 15 de fevereiro de 2012.

Além disso, a EJUD lançou uma pesquisa sobre o processo digital de MS para avaliar as necessidades de

atualização dos profissionais de Direito em relação a essas tecnologias. A enquete foi disponibilizada no Tribunal de Justiça de MS, Ordem dos Advogados do Brasil/MS, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Estadual e Procuradoria-Geral do Estado.

Além disso, a EJUD lançou pesquisa sobre o processo digital de MS para avaliar as necessidades de atualização dos profissionais de Direito em relação às tecnologias utilizadas na tramitação do processo eletrônico. A enquete foi disponibilizada no TJMS, OAB/MS, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Estadual e Procuradoria-Geral do Estado e do Município.

Levando em conta que a informatização sem a correta orientação aos usuários acarreta uma subutilização do sistema, a Escola Judicial desenvolverá ações de qualificação para disseminar o uso correto das tecnologias disponíveis e promoverá um plano de capacitação no Estado.



Diretor-Geral da EJUD/MS, Des. Ruy Celso Barbosa Florence



Tabelas

Cursos presenciais:

MAGISTRADOS

Período	Curso/Evento	Tema
17 de março a 3 de junho de 2011	1º Curso de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento e Promoção dos Magistrados de MS/2011	Temas Atuais de Seguro Privado, Direito de Família, Direito das Sucessões e Formação Humanística
27 de junho a 28 de outubro de 2011	Curso de Formação Inicial dos Novos Juízes Substitutos de MS	Temas diversos – aulas práticas e teóricas
4 e 5 de agosto de 2011	2º Curso de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento e Promoção dos Magistrados	Curso de Direito Civil e Processual Civil
29 e 30 de setembro de 2011	Curso de Aperfeiçoamento para fim de Promoção dos Magistrados	Os Meios Alternativos de Solução de Conflitos
20 e 21 de outubro de 2011	3º Curso de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento e Promoção dos Magistrados	Simpósio sobre as Reformas do Código de Processo Penal – Bonito/MS
15 de outubro a 10 de dezembro de 2011	5º Curso de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento e Promoção dos Magistrados de MS. Convênio com SEJUSP	Curso de Inteligência – ACADEPOL/MS
17 e 18 de novembro de 2011	4º Curso de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento e Promoção dos Magistrados de MS/2011	Simpósio sobre Saúde Pública e Complementar

SERVIDORES

Período	Curso/Evento	Tema
21 e 22 de março de 2011	1º Congresso Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário	Os Desafios e Caminhos da Gestão de Pessoas
11 a 15 de abril de 2011	VII Encontro de Secretários e Diretores de Administração do Poder Judiciário de MS	Cumprimento de mandados, Estágio Probatório, etc.
9 e 10 de agosto de 2011	6º Encontro Estadual dos Psicólogos e Assistentes Sociais	A Política Nacional de Assistência Social na Intervenção Profissional e a Importância do Trabalho Psicossocial
22 a 25 de agosto de 2011	2º Encontro dos Distribuidores, Contadores e Partidores do Poder Judiciário de MS	Cálculos Judiciais, Taxa Judiciária, Processo Eletrônico e Tabela Unificada do CNJ
14 a 16 de setembro de 2011	IX Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório	Implantação do Processo Eletrônico, Taxa Judiciária, Leilão Eletrônico, Relatórios Estatísticos e Metas do CNJ, Conta Única e Precatórios

5 a 7 de outubro de 2011	Curso de Capacitação de Serventuários da Justiça, Conciliadores e Mediadores. Parceria EJUD – Núcleo de Solução de Conflitos.	Módulo I – Introdução aos Meios Alternativos de Solução de Conflitos
24 a 27 de outubro de 2011	Curso de Capacitação de Serventuários da Justiça, Conciliadores e Mediadores	Módulo II – Conciliação e suas Técnicas
21 a 24 de novembro de 2011	Curso de Capacitação de Serventuários da Justiça, Conciliadores e Mediadores	Módulo III – Mediação e suas Técnicas

Ensino a Distância:

Curso	Tema
Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento. Convênio EJUD – EPM	Curso de Direito do Consumidor IV – Oferta e Proteção Contratual no CDC
Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento. Convênio EJUD – EPM	Curso de Direito do Consumidor VI – Tutelas Administrativas e Penal no CDC
Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento. Convênio EJUD – EPM	Curso de Direito do Consumidor VI – Teoria Geral do Direito do Consumidor
Curso de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal	Realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) em parceria com o CNJ
Gestão Administração Judiciária 2011	Módulo de Gestão Cartorária – realização ENFAM e CNJ
Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento. Convênio EJUD – EPM	Curso de Direito do Consumidor VIII – Responsabilidade Civil no CDC
Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento. Convênio EJUD – EPM	A Fazenda Pública em Juízo
Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento. Convênio EJUD – EPM	Curso de Direito do Consumidor IX – Oferta e Proteção Contratual no CDC

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

DISSEMINA PROJETOS PARA AS COMARCAS



Desde que foi criada, em março de 2010, a Coordenadoria da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul tem atuado nas 54 comarcas do Estado. Depois de montar uma equipe compromissada com a área da infância, o Des. Joenildo de Sousa Chaves, que responde pelo órgão, determinou: os projetos exitosos deveriam ser implantados em todas as comarcas, sem distinção de tamanho.

Para que se entenda melhor, dentre as atribuições da coordenadoria estão elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e da juventude; dar suporte aos magistrados, servidores e equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover articulação interna e externa da Infância e da Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da infância e da juventude e exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

Assim, em 2011 foram realizados encontros regionais, por circunscrições, direcionados a juízes, promotores, defensores

e equipes técnicas das comarcas, em um trabalho minucioso da equipe multiprofissional da coordenadoria, do qual fazem parte as juízas auxiliares, assistentes sociais, psicólogas, analistas de ações socioeducativas e o próprio desembargador.

Em 2012, a equipe abriu mais uma possibilidade de trabalho e está providenciando a implantação da Justiça Restaurativa em escolas estaduais de Campo Grande, além de algumas cidades do interior. O projeto está sendo desenvolvido pela equipe da Vara da Infância e Juventude da Capital, da Justiça Restaurativa e da Coordenadoria da Infância e Juventude, com a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Secretaria Estadual de Educação.

A proposta busca a resolução pacífica de conflitos nas próprias escolas, mediante a participação de uma equipe técnica especializada, a fim de pacificar o meio escolar e evitar o surgimento de novos processos criminais ou da área da infância e juventude.

OUIDORIA JUDICIÁRIA

MANTÉM-SE COMO SERVIÇO ATUANTE NO TJMS

Em 2011 a Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul recebeu 389 novas reclamações. Nesse ano foram solucionadas e arquivadas 333 reclamações. Além disso, foram solucionados diretamente com os cartórios, sem a necessidade de formalizar reclamação, 240 casos de andamento de processos em atraso. O serviço funciona desde 1999.

A Ouvidoria respondeu 1.189 orientações e encaminhamentos via *e-mail* no ano passado. Além disso, 115 partes e advogados foram atendidos pessoalmente nos postos de atendimento que funcionam no Tribunal de Justiça e no Fórum da Capital.

No biênio 2011/2012, o Des. Julizar Barbosa Trindade está à frente da Ouvidoria Judiciária e já foram implantadas algumas mudanças, como a dilação dos prazos para cobrar decisões dos juízes da Comarca de Campo Grande, pois, dado o volume de trabalho nas varas da Capital, o

ouvidor achou por bem estender os prazos em busca de mais eficiência dos pedidos feitos pela Ouvidoria.

O canal mais utilizado pelo público, a maioria dos advogados e partes é o meio eletrônico, via *e-mail*. Após o recebimento da reclamação é feito um criterioso levantamento da

situação processual e, caso constatado que realmente o prazo está acima do tempo razoável adotado pela Ouvidoria, ou que esteja acontecendo outra situação que fuja da normalidade, é encaminhada uma solicitação ao juiz para regularizar o

caso. Assim que o ofício é enviado, a parte ou o advogado comunica-se sobre o ato.

Também existem reclamações sobre o atendimento dos servidores. Após análise da questão, caso seja diagnosticada a existência de problemas, é encaminhado um ofício ao responsável pelo setor onde o servidor atua para que providências sejam tomadas.



MS TEM

NÚCLEO PERMANENTE PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para atender a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, o Poder Judiciário de MS, por meio do Provimento nº 230, de abril de 2011, criou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Em princípio, o núcleo deve dirimir conflitos que versem sobre direitos disponíveis em matéria cível, de família, previdenciária e da competência dos Juizados Especiais. A coordenação do núcleo é do Des. Romero Osme Dias Lopes, que instituiu o grupo de trabalho e criou a estrutura funcional, com o Departamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Além disso, foram estabelecidas parcerias importantes com a Uniderp-Anhanguera, a Universidade Católica Dom Bosco e a Estácio de Sá, universidades em cujos espaços serão alocados centros de conciliação. Também foi firmada parceria com a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal para o estabelecimento do núcleo em uma ampla instalação.



Foi firmada ainda parceria com a Defensoria Pública e o Ministério Público para que a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses seja efetivamente concretizada.

Capacitação – Em curso promovido pela EJUD no segundo semestre de 2011, juízes das 54 comarcas de MS tiveram a oportunidade de se aperfeiçoar nos meios alternativos de solução de conflitos. Além dos juízes estaduais, foram capacitados professores das universidades parceiras e membros das justiças Federal e do Trabalho, que também firmaram parceria com o Núcleo. Houve ainda o Curso de Mediação

Judicial com conteúdo e palestrantes designados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quando 24 servidores da justiça estadual, TRT e Justiça Federal participaram do treinamento.

No final de 2011, os resultados do trabalho realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos começaram a aparecer. Durante a Semana da Conciliação, da qual participou todo o judiciário brasileiro, o Núcleo realizou 132 audiências somente em processos do 2º grau, com a participação de 40 conciliadores voluntários, capacitados pelo núcleo.

CRIADA A

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM MS

Desde outubro de 2011, Mato Grosso do Sul tem uma Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar. Criada pelo Provimento nº 244, a coordenadoria será órgão de assessoria à presidência do Tribunal de Justiça de MS, além de atender a Resolução 128 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a criação de coordenadorias estaduais para tratar do tema.

As atribuições do novo órgão referem-se à gestão de políticas, ações e mecanismos de atendimento à mulher no combate e prevenção à violência doméstica e familiar: tudo dirigido por magistrado de livre indicação do presidente do Poder Judiciário.

O juiz José Rubens Senefonte, titular da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campo Grande, responde pela coordenação, mas outros magistrados podem colaborar ou assessorar na coordenadoria, desde que isso seja feito sem dispensa da função jurisdicional.

A implantação atende também a necessidade de se estabelecer diretrizes de planejamento, supervisão e orientação a todos os

juízos competentes para o conhecimento das causas relativas à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além das disposições contidas na Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, criando medidas de assistência e proteção à mulher vítima de violência.

Está entre as responsabilidades da Coordenadoria o dever de elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do judiciário estadual na área do combate e da prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, com observação das diretrizes traçadas pelo CNJ quanto à coordenação de políticas públicas sobre a matéria; dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais, visando ao aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e à melhoria da prestação jurisdicional; e promover a interlocução com outros tribunais e com outros órgãos governamentais e não governamentais.



COMISSÃO APRIMORA

SEGURANÇA DE MAGISTRADOS

DE MS

Criada por meio do Provimento nº 237, de 2 de agosto de 2011, a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de MS desenvolveu diversas atividades em pouco mais de seis meses de trabalho.

Como primeiro ato, houve uma reunião estratégica em que foram definidas as linhas de ação: a vertente normativa, responsável pela regulamentação das ações, e a vertente executiva, que efetivamente viabilizará as decisões tomadas pelos membros.

Definidas as formas de trabalho, deliberou-se pela implantação em todos os Fóruns do Poder Judiciário de melhores sistemas de segurança, visando sanar os poucos pontos vulneráveis ainda existentes em termos de segurança nos prédios da justiça sul-mato-grossense. Foi elaborada também minuta de projeto com a solicitação de veículos descaracterizados e pessoal treinado para agir em caso de eventual ameaça a integrantes da magistratura de MS.

Depois de determinar a implantação em todos os Fóruns de melhores sistemas de segurança, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e



Segurança Pública (Sejusp), a comissão providenciou um curso envolvendo atividades de inteligência e contrainteligência, permitindo a adoção de medidas que garantam a segurança dos magistrados.

Em dezembro de 2011, o Tribunal Pleno aprovou projeto de lei que cria a Coordenadoria Geral de Segurança Institucional do Poder Judiciário de MS, que englobará a Assessoria Militar

e a Assessoria de Inteligência e será instrumento prático de atuação, articulando e centralizando o comando das ações das suas assessorias.

A criação da Coordenadoria Geral de Segurança Institucional deve ser vista como medida concreta de proatividade ao dar suporte operacional à execução dos trabalhos afetos à Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMS.

CONVÊNIO DESTINA R\$ 142 MIL PARA MEDIDAS DE SEGURANÇA

No final de 2011 o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) firmou convênio com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) para implantação de sistema de segurança predial da Comarca de Ponta Porã localizada na fronteira seca com o Paraguai, onde predominam processos criminais por tráfico de drogas.

Além disso, o convênio também visa à aquisição de veículo para blindagem que será destinado a eventuais magistrados em situação de ameaça, sobretudo por decorrência do exercício de atividade judicante alusiva a processos criminais de tráfico de entorpecentes e organizações criminosas.

Ao todo, foram destinados R\$ 142.151,00 do Fundo Nacional Antidrogas para serem utilizados na execução do convênio, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2012. Os bens adquiridos com os recursos repassados pela SENAD poderão ser doados aos órgãos ou entidades que atuarão na continuidade das atividades relacionadas ao objeto do convênio, que foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de janeiro de 2012.



CONVÊNIOS COM PREFEITURAS

DIMINUEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL



Em busca da redução do estoque de processos de execução fiscal no Estado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul firmou parcerias com as prefeituras de Campo Grande, Rio Verde e Ponta Porã. A ação veio ao encontro da Meta 3 do Judiciário Nacional lançada no ano de 2010 e que estabeleceu aos tribunais reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais.

Em setembro de 2011 foi implantado na Comarca de Rio Verde de Mato Grosso o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais (REFIC) em parceria com a Prefeitura Municipal. O objetivo do convênio foi permitir que os contribuintes do município

tivessem a oportunidade de quitar débitos fiscais com descontos, agilizando o arquivamento e a baixa de processos executivos fiscais da Fazenda Pública Municipal. Mais de 800 contribuintes foram atendidos pelo programa.

No final do mês de outubro de 2011 foi lançado o programa Fique em Dia para os contribuintes que estão com débitos fiscais atrasados com a Prefeitura da Capital. Os débitos puderam ser pagos com descontos. A flexibilidade do programa permitiu o pagamento da dívida em até 96 parcelas, dependendo do valor e tipo do tributo.

Além de oportunizar ao cidadão regularizar sua situação com o fisco, o Fique em Dia buscou agilizar o andamento dos processos na

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal. Mais de 65 mil pessoas receberam o comunicado/ boleto com os descontos e formas de pagamento. Em média, mais de mil pessoas foram atendidas por dia.

Também no final de outubro de 2011 foi instituído o Programa de Pagamento de Débitos Judiciais no Município de Ponta Porã. Além de criar facilidades para o contribuinte que tem dívida ajuizada quitar seus débitos, o programa visou reduzir a demanda de processos na justiça oriundos da área de execução municipal. Ao todo, foram extintos 110 processos de execução por meio do programa.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO

REDUZ PROCESSOS DAS VARAS CÍVEIS RESIDUAIS DE CAMPO GRANDE

Em setembro de 2011, juízes das 16 varas cíveis de competência residual da Comarca de Campo Grande, por meio de portaria conjunta, instituíram a Câmara Provisória de Conciliação (CPC), visando submeterem à tentativa conciliatória processos que, aparentemente, são passíveis de solução entre as partes.

Três são os objetivos da Câmara de Conciliação: o primeiro é desafogar a quantidade de processos que tramitam no judiciário; o segundo é buscar que as partes consigam resolver o conflito, de modo que não apenas o processo seja solucionado, como também a questão

discutida na vida delas; e o terceiro é implantar o espírito de pacificação social de que é possível que a sociedade, por meio do poder judiciário, consiga resolver os seus conflitos.

Desde que foi criada, a Câmara Provisória de Conciliação transformou o movimento de processos que tramitam nas 16 Varas Cíveis Residuais da Capital. Exemplo disso, são as mais de três mil ações que envolvem a empresa que fornece energia elétrica para o Estado e foram alvo da CPC - o montante representa a quantidade de ações que tramitam em uma única vara.

Assim, paralelamente às sessões da Câmara, os juízes realizam ações com empresas que sejam grandes demandantes, pois a ideia é eliminar definitivamente

processos em que estas sejam parte. No mês de março foi realizado o mutirão de conciliação do DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) com o intuito de obter um acordo entre as partes nos processos de seguro por invalidez. Os magistrados ainda tencionam estabelecer a conciliação com universidades locais.

Na CPC atuam pelo menos cinco conciliadores, escolhidos pelos juízes vinculados aos respectivos processos, sob a supervisão de um juiz coordenador. Comparecendo as partes e acordando, lavra-se o termo e encaminha-se o feito para homologação ao próprio juiz da vara, de tal modo que se respeita a jurisdição e o princípio do juiz natural.





CAPITAL DE MS

TEM POSTO DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL

Uma parceria inédita no país entre o Tribunal de Justiça de MS e a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), que serve de base para outros Estados brasileiros, resultou na implantação do Posto de Atendimento e Conciliação Extraprocessual (PACE), órgão que funciona perante a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial de Campo Grande (CBMAE).

O objetivo é a realização de atendimentos e audiências em uma tentativa de conciliação extraprocessual, com posterior homologação judicial dos acordos obtidos, garantindo amplo acesso à justiça, contribuindo com a solução de conflitos e com a pacificação social.

Levantamento realizado quase cinco meses depois

da instalação do PACE, no dia 27 de abril de 2011, apontou a instauração de 185 procedimentos e isso significa que a iniciativa está atingindo a proposta de evitar o ajuizamento de novas ações. A taxa de conciliação já atingiu 75%. Todos os acordos firmados no PACE são homologados por um juiz do Poder Judiciário estadual.

Pela parceria, o Tribunal de Justiça responsabilizou-se pelo treinamento dos

conciliadores, facilitando a homologação judicial dos acordos, e a Associação Comercial disponibilizou espaço físico para funcionamento do posto de atendimento, inclusive com mobiliário, equipamentos de informática, telefone e materiais de consumo em quantidades suficientes à execução dos serviços.



INSTITUÍDA

GESTÃO DOCUMENTAL

DOS PROCESSOS JUDICIAIS DE MS

Publicada em dezembro de 2011, a Lei nº 4.138 instituiu o Programa de Gestão Documental dos processos judiciais findos, no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. O programa visa à eliminação ou ao recolhimento para guarda em arquivo permanente das ações cíveis e criminais, tanto físicas quanto digitais, transitadas em julgados e arquivadas.

Para fazer a seleção e classificação dos processos que deverão ser eliminados ou encaminhados para um

arquivo permanente serão utilizadas duas ferramentas: a tabela de temporalidade do Poder Judiciário de MS e a tabela de temporalidade estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Todo o procedimento de descarte dos processos ocorrerá de acordo com a Lei nº 4.138/11, respeitando sempre o prazo de guarda e a natureza dos processos.

A criação da lei foi um grande passo dado pelo Poder Judiciário para tentar

solucionar o acúmulo de autos físicos que se encontram com a temporalidade cumprida e ocupam espaço, além de gerar um custo à administração que poderia ser evitado, resguardando a preservação e organização dos documentos de valor histórico e cultural, facilitando assim a consulta destes pela sociedade.

Os trabalhos devem ser iniciados no próprio Tribunal de Justiça e posteriormente se estenderão para as comarcas.



ACORDO

PERMITIRÁ INTEGRAÇÃO ENTRE TJMS E TRF-3



Implantar o processo judicial eletrônico e otimizar rotinas que envolvam a comunicação processual de dados e informações entre os tribunais. Esta é uma das finalidades do acordo assinado, em 29 de agosto de 2011, entre o Des. Luiz Carlos Santini, presidente do Tribunal de Justiça de MS, e o Des. Roberto Luiz Ribeiro Haddad, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O ato de cooperação propiciará mais efetividade à atividade jurisdicional, ampliará os resultados institucionais e contribuirá para a melhoria da administração da Justiça, por meio da troca eletrônica de

informações processuais e peças processuais.

O acordo de cooperação técnica tem por objeto o estabelecimento de padrões de trabalho que possibilitem a troca de dados e informações relativas a pessoal e estatística; ao desenvolvimento do processo judicial eletrônico nas matérias cíveis, previdenciárias, criminais, execução fiscal e penal de cada tribunal, de interesse recíproco; e ao cadastramento de processos redistribuídos entre si ou remetidos em grau de recurso, buscando otimização, evitando o retrabalho pelo outro tribunal.

Dentre as obrigações dos tribunais está executar ações com vistas à transferência ou disponibilização do quanto existente na base de dados de cada tribunal e de interesse do outro, a fim de propiciar a solução de demandas por meio de diversas iniciativas, tais como a instituição de grupos de trabalho para realizar análises e propor soluções visando à implantação e à manutenção do processo judicial eletrônico; e a criação de núcleos que possibilitem o intercâmbio de dados e informações eletrônicas como forma de conhecer as dificuldades, resolução de pendências e a divulgação de boas práticas, buscando sempre melhores resultados.

TJMS CUMPRE META

COM A CRIAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE PROJETOS



Em outubro de 2011, por meio do Provimento nº 245, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul criou o Escritório de Projetos Estratégicos e sua efetiva implantação se concretizou em novembro do mesmo ano.

Com a medida, o Poder Judiciário de MS cumpriu a Meta 1 do Judiciário Nacional em 2011 que estabeleceu a criação de uma unidade de

gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica nos tribunais.

O Escritório de Projetos resultou na padronização de ações desenvolvidas no judiciário sul-mato-grossense e no acompanhamento dos projetos estratégicos e dos que envolvem recursos financeiros previstos no orçamento.

Para auxiliar nestas atividades do escritório foi desenvolvido um *software* que registra e gerencia os projetos em andamento. Os servidores indicados de cada área, em geral responsáveis pelas assessorias técnicas especializadas, foram capacitados com a metodologia que parametriza a construção de um projeto.

No mesmo período, por meio do Provimento nº 246, o Tribunal de Justiça também criou-se o Comitê de Gestão Estratégica, um órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas ao processo de planejamento estratégico do Poder Judiciário.

O comitê é responsável pela elaboração do Planejamento Estratégico do TJMS, propondo diretrizes, estratégias, orientações e demais ações relacionadas à gestão do processo de planejamento do Tribunal.

O comitê é formado por dois juízes auxiliares da Presidência, um juiz auxiliar da Vice-Presidência e um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, sob a presidência de um dos juízes auxiliares da Presidência.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

AVALIA SERVIÇOS DO JUDICIÁRIO DE MS

No período de 18 de abril a 13 de maio de 2011, o Tribunal de Justiça realizou com servidores, magistrados e usuários da justiça sul-matogrossense uma pesquisa de satisfação, em cumprimento da Meta 4 do Judiciário Nacional em 2011, que estabeleceu a implantação de pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

A pesquisa de satisfação do TJMS foi criada para colher informações sobre as necessidades, dúvidas, sugestões e opiniões a respeito do judiciário, e pretendeu atingir o maior número possível de participações. E foi dividida

em tópicos que abordaram questões como atendimento, instalações, serviço, nível de satisfação, entre outros.

Para isso, diferentes meios de acesso à pesquisa foram disponibilizados: para o público que não tinha acesso à internet havia em cada comarca formulário impresso, além de uma urna para coleta. Quem acessava à internet podia preencher o formulário disponibilizado no portal do TJMS.

Resultados - No total, participaram da pesquisa do TJMS 3.204 pessoas, das quais 74% eram público externo e 26% público interno. A faixa etária dos participantes abrangeu de 20 a mais de 60 anos, com predominância para a faixa etária de 25 a 40 anos.

Dos 3.204 pesquisados, 854 foram em comarcas de 1ª entrância, 1.018 em comarcas de 2ª entrância 1.332 em comarca de entrância especial e na Secretaria do TJMS.

Na avaliação do atendimento, os quesitos eficiência, cordialidade e interesse no atendimento ao público obtiveram 63 % para ótimo e bom.

No item estado das instalações físicas do tribunal/fórum local, a votação atingiu o percentual 70% para bom e ótimo. Para serviços de protocolo judicial, autuação e distribuição de processos, o conceito atingiu 61% para bom e ótimo.





CNJ DOA AVIÃO DO TRÁFICO AO

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul contará com uma aeronave para uso institucional dos Tribunais. O anúncio foi feito pelo juiz auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, Marlos Augusto Malek, em reunião realizada no dia 24 de janeiro de 2012 na sede do Tribunal Regional do Trabalho

da 24ª Região. O presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Luiz Carlos Santini, representou o Judiciário estadual no encontro.

A doação faz parte do Programa do CNJ chamado Espaço Livre, lançado em fevereiro de 2011, e que tem por objetivo remover dos aeroportos brasileiros

as aeronaves que estão sob custódia da Justiça ou que foram apreendidas em processos criminais. Neste caso, segundo o Juiz Marlos Malek, o avião apreendido e que será doado ao Poder Judiciário era usado por traficantes de drogas.

Ao anunciar a doação, Malek entregou aos dirigentes dos tribunais um modelo de uso compartilhado da aeronave, o que torna viável o seu uso no que se refere às despesas com manutenção, combustível e contratação de piloto. A entrega oficial da aeronave, um Cessna 206, será realizada pelo CNJ ainda no primeiro semestre de 2012.

JUDICIÁRIO DE MS PASSA A CONTAR COM 12 NOVOS JUÍZES SUBSTITUTOS



No dia 22 de junho de 2011 foram empossados 12 novos juízes substitutos aprovados no XXIX Concurso para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. O concurso teve 2.130 candidatos inscritos.

Os novos magistrados passaram por curso de formação inicial ministrado pela Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (EJUD-MS) no período de 27 de junho a 28 de outubro de 2011 com o objetivo de habilitá-los para o exercício da função jurisdicional. Ao longo desses quatro meses, foi desenvolvido um total de 480 horas-aula, intercalando ensinamentos teóricos com práticos, seguindo as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

A parte teórica do curso foi distribuída em nove disciplinas: técnicas para elaboração de decisões e realização de audiências; relações interpessoais e interinstitucionais, deontologia e ética do

magistrado; administração judiciária, incluindo a gestão administrativa e de pessoas; capacitação em recursos de informação; difusão da cultura de conciliação com busca da paz social; técnicas de conciliação e psicologia judiciária e, por fim, o impacto econômico e social das decisões judiciais, lógica jurídica e roteiro técnico para correição.

Já a parte prática da capacitação consistiu na elaboração de decisões e de sentenças, na realização de audiências, de presidência em sessões do tribunal do júri, entre outras. Na primeira etapa da prática forense os novos juízes atuaram em 668 processos das 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Varas Cíveis de Ofício Cíveis Virtuais de Campo Grande.

Na segunda etapa da prática forense os magistrados atuaram em mais 160 processos das Varas Cíveis Residuais de Campo Grande, dando prioridade aos feitos indicados pela Meta 2 do Judiciário Nacional nos anos de 2009 e 2010. Na última etapa

do treinamento prático, os juízes substitutos participaram de audiências nas Varas Criminais de Competência Residual e nas Varas do Tribunal do Júri no período da manhã e, à tarde, atuaram em processos das Varas Criminais Residuais.

Como resultado da etapa prática, a produtividade dos juízes substitutos contribuiu para acelerar o andamento de muitos processos que tramitam no Fórum da Capital. Ao todo foram proferidas 507 decisões interlocutórias, 1.279 julgamentos com mérito, 85 julgamentos sem mérito, 41 homologações de acordo, 1.000 despachos, 1.244 audiências realizadas e 2.175 pessoas ouvidas.

O curso de formação organizado e oferecido pela EJUD-MS, com características multidisciplinar e interativa, foi além do treinamento prático e visou também ao despertar humanístico e ético, fomentando a realização de ações de interesse jurídico, social e administrativo para a carreira judicante.



TJMS EMPOSSA APROVADOS NO CONCURSO EXTRAJUDICIAL

Tomaram posse no dia 17 de janeiro deste ano 15 novos delegatários aprovados no III Concurso Público de Ingresso e três delegatários aprovados no Concurso de Remoção ao Exercício nas Atividades Notariais e de Registros no Estado de Mato Grosso do Sul. A solenidade ocorreu no plenário do Tribunal Pleno, no Palácio da Justiça Desembargador Leão Neto do Carmo.

O concurso foi homologado, por unanimidade, na sessão do Órgão Especial do dia 11

de janeiro. Ao todo, foram convocados 21 aprovados no concurso de ingresso e três no concurso de remoção.

Do total de candidatos convocados, três não compareceram e outros três solicitaram dilação de prazo para tomar posse, a qual ocorreu no dia 1º de fevereiro. Ao todo, o Estado passa a contar com 18 novos delegatários concursados.

Composto por diversas fases, o III

Concurso Extrajudicial teve início em 2009. Foram 37 inscritos para remoção e 1.517 para ingresso na atividade notarial e de registros.



MS TEM

70% DE SUAS COMARCAS DIGITALIZADAS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul digitalizou 30 comarcas no ano de 2011 e uma comarca no início de 2012. Com isso, durante a administração do Des. Luiz Carlos Santini, o Estado passou a contar com 70,3% de suas comarcas operando com processos digitais.

Além disso, em Campo Grande foram digitalizadas a Justiça Itinerante (8ª Vara do Juizado Especial) e o Juizado do Trânsito (9ª Vara do Juizado Especial), e a 1ª e 2ª Varas do Tribunal de Júri e a Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A primeira comarca a ser digitalizada no ano de 2011, no mês de março, foi Miranda. Em abril foi a vez de Aquidauana, Anastácio e São Gabriel do Oeste. No mês de maio, além da digitalização da Justiça Itinerante e do Juizado do Trânsito, houve a digitalização da Comarca de Bonito. Em junho, Chapadão do Sul e Coxim se tornaram comarcas digitais.

A digitalização de comarcas continuou no 2º semestre do ano passado com a digitalização, em julho, das Comarcas de Brasilândia, Paranaíba, Bataguassu e Aparecida do Taboado. Em agosto foi implantado o

processo digital na 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri da Capital e na Vara da Violência Doméstica. No mesmo mês ocorreu ainda a digitalização das comarcas de Ponta Porã, Bandeirantes, Maracaju e Amambai.

Em setembro, foram digitalizadas as Comarcas de Costa Rica e Ribas do Rio Pardo, como também Ivinhema, Angélica e Deodápolis. Em outubro foi a vez de Rio Negro, Sonora, Nova Andradina e Nioaque.

Finalizando as atividades de 2011, em novembro foram digitalizadas as Comarcas de

Nova Alvorada do Sul, Jardim, Anaurilândia e Sidrolândia. E ainda, em dezembro houve a digitalização de Água Clara e Terenos. Em 2012, ocorreu a digitalização da Comarca de Fátima do Sul no mês de março, dessa forma Mato Grosso do Sul passou a contar com 38 de suas 54 comarcas funcionando com processos digitais.

O avanço na digitalização de varas e comarcas de MS propiciou que, em 2011, fossem iniciados 192.618 processos digitais na justiça de 1º grau. Um quantitativo de janeiro de 2012 aponta que outras 15.996 ações foram ajuizadas no mês, o que registrou um andamento de 321.463 processos eletrônicos em tramitação no Estado.



TJ IMPLANTA

PROCESSO ELETRÔNICO

NO 2º GRAU DOS JUIZADOS



No final de novembro de 2011 foi implantado o processo eletrônico nas Turmas Recursais e Seção Especial de Uniformização da Jurisprudência que constituem o 2º grau dos Juizados Especiais em Mato Grosso do Sul. Hoje estão em andamento mais de 500 processos digitais.

O judiciário de Mato Grosso do Sul foi pioneiro na digitalização de processos em juizados especiais. No ano de 2005, o Estado implantou a primeira vara no Brasil a ter um sistema de gestão processual totalmente virtual, na 10ª Vara do Juizado Especial, em Campo Grande.

Em 2011, o total de julgamentos no 2º grau dos juizados atingiu a marca dos 9.259 processos. Durante o ano foram distribuídos 11.623 processos para a 1ª, 2ª e 3ª Turmas Recursais Mistas e 45 processos para a Seção Especial e de Uniformização da Jurisprudência.

PETICIONAMENTO NAS VARAS DIGITAIS

É EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO



Desde o dia 14 de março de 2011 o petiçãoamento nas varas digitais de Mato Grosso do Sul passou a ser exclusivamente eletrônico. Com isso, todas as petições iniciais e também as intermediárias são encaminhadas pela internet. O petiçãoamento eletrônico está disponível das 6 às 23 horas, considerando a hora oficial do Estado.

Em 2011 foram protocoladas 264.131 petições

eletrônicas, das quais foram 66.268 iniciais e 197.863 petições intermediárias. A justiça comum recebeu 196.306 petições eletrônicas e nas varas digitais dos juizados foram protocoladas 67.825 petições. No primeiro mês de 2012 foram protocoladas 27.898 petições, das quais foram 6.795 petições iniciais e 21.103 petições intermediárias.

A adoção do petiçãoamento exclusivamente

eletrônico ocorreu de forma gradativa, a fim de que a classe dos advogados e demais envolvidos, como o Ministério Público, tivessem tempo para conhecer o novo formato e providenciar os recursos necessários, como o certificado digital, para poder usufruir dessa tecnologia que busca trazer um avanço aos moldes que até então estavam em vigor no formato e estrutura de trabalho do judiciário.

TJ INVESTE NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOCONFERÊNCIA

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul lançou, em março de 2012, a videoconferência como ferramenta tecnológica para a realização de treinamentos de servidores, magistrados, interrogatórios judiciais, inquirições de testemunhas e outros atos processuais e administrativos que poderão fazer uso da tecnologia.

Na metade de 2011 foram adquiridos 30 terminais de videoconferência de alta tecnologia, além de servidores para suportar esse mecanismo. No início de janeiro de 2012 foi concluída a fase de instalação de 23 terminais, oito em Campo Grande e 15 em comarcas do interior.

Em um primeiro momento, a nova tecnologia será utilizada pela Escola Judicial, que ministrará cursos e outros treinamentos por meio de videoconferência. A adoção da videoconferência reduzirá custos e trará comodidade aos servidores e magistrados do interior que não precisarão se deslocar até Campo Grande para participar dos treinamentos.

O sistema permite que as videoconferências sejam gravadas. Também é possível



plugar um computador e não apenas exibir a imagem da câmera como também o material que está armazenado no computador, como uma apresentação de slides, por exemplo. A videoconferência é uma transmissão com áudio e vídeo, semelhante a uma ligação telefônica. São diversos ramais instalados e, para realizar uma videoconferência com determinado local, basta chamar o seu ramal. Já a sala de videoconferência, com diversos participantes, funciona a exemplo dos *chats* de bate-papo, cria-se uma sala e os participantes entram nela.

Foram instalados terminais de videoconferência

na Secretaria de Tecnologia da Informação, Corregedoria-Geral de Justiça, Presidência do TJ, Salão Pantanal e Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (EJUD/MS).

Além de Campo Grande, foram instalados terminais nas comarcas de Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Jardim, Nova Andradina, Coxim, dentre outras. No mês de fevereiro começou a fase de testes para verificar o *link* de comunicação e o correto funcionamento do sistema e, no mês de março, ocorreu o lançamento oficial da videoconferência no Judiciário de MS.

TJ IMPLANTA

GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIA E CUMPRE META DO CNJ

Foi instalado um projeto-piloto na Comarca de Bandeirantes de gravação das audiências em áudio e vídeo. A instalação do sistema cumpriu a Meta 2 do Judiciário Nacional para o ano de 2011, a qual estabeleceu a implantação de sistema de registro audiovisual de

audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

O sistema audiovisual garante celeridade na realização da audiência e também permite que o julgador possa a qualquer tempo rever o depoimento das partes e testemunhas do processo, observando não só sua fala como também uma riqueza de detalhes como gestos e expressões das pessoas ouvidas.

Desde o final do ano passado começou a funcionar uma nova fase do projeto de gravação audiovisual de audiências. Trata-se da

implantação de outro projeto-piloto, desta vez na Comarca de Nova Andradina. Além da gravação em áudio e vídeo das audiências, o sistema realiza a degravação das falas. O sistema reconhece a voz e realiza uma transcrição que pode ser visualizada na tela do computador ou impressa.

A degravação facilita os trabalhos dos juízes com relação aos processos físicos que ainda tramitam nas comarcas, ou seja, trata-se da forma tradicional de acompanhar o conteúdo dos depoimentos. Atualmente está sendo analisada a viabilidade econômica da implantação do projeto em outras comarcas. Caso seja aprovada, a degravação das audiências gravadas em áudio e vídeo substituirá a estenotipia.



TJ IMPLANTA

RELATÓRIO *ON-LINE*

DE PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES DE 1º GRAU

Em agosto de 2011 os dados estatísticos de 1º grau e a produtividade dos magistrados deixaram de ser disponibilizados no site do Tribunal de Justiça por meio de relatórios em arquivo PDF para dar início ao relatório *on-line* que busca informações diretamente no Sistema de Automação da Justiça (SAJ) Estatística.

A mudança buscou disponibilizar informações em tempo real, visto que, no formato de trabalho anterior, os relatórios eram obtidos somente no 5º dia útil do mês seguinte e, após adaptação do conteúdo para arquivos PDF, levava-se em torno de 40 dias para disponibilizar as informações.

A fim de alterar esta realidade e cumprir a Meta 7 de 2010 do Judiciário Nacional, que estabeleceu que os tribunais deveriam disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados nos sites de cada tribunal, foi proposto como solução o acesso diretamente ao banco de dados do SAJ. A ideia funcionou muito bem e agora qualquer cidadão pode acompanhar pela internet a produtividade dos magistrados de 1º grau do judiciário de Mato Grosso do Sul.

Atualmente, o *link* de acesso ao conteúdo (disponível dentro do menu “Estatística” na página inicial do site do TJ) direciona a pesquisa para a base de dados do SAJ Estatística. Os relatórios retratam informações atualizadas. Novas movimentações, em questão de um dia para outro, já constam nos relatórios pesquisados.



IMPLANTADO

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PRECATÓRIOS



No dia 23 de janeiro de 2012 entrou em funcionamento o Sistema de Administração de Precatórios (Sapre), atendendo a Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Emenda Constitucional nº 62. O Sapre contribuirá para a celeridade da informação e transparência das ações do judiciário. O sistema foi criado pelo Departamento de Sistemas Administrativos

da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

Antes da criação do sistema, o trabalho não era sistematizado e integrado. No novo sistema, os cálculos são feitos automaticamente, assim como a ordenação dos precatórios e a gestão dos pagamentos. Além disso, é possível consultar a qualquer momento quanto um órgão deve em precatórios, visto

que o sistema calcula a atualização monetária de forma automática.

Com a adoção do Sapre, os servidores deixaram de trabalhar com o formulário de precatórios até então vigente e passaram a utilizar um novo formulário que fica dentro do sistema. Os dados dos mais de 4.000 precatórios existentes hoje no sistema SAJ foram migrados para o Sapre.

NOVA FERRAMENTA

PRODUZIRÁ RELATÓRIOS GERENCIAIS

Buscando disponibilizar aos servidores das diversas áreas do Tribunal relatórios estatísticos personalizados, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) implantou os relatórios de informações gerenciais que são planilhas dinâmicas manipuladas pelos próprios usuários. Com isso, adquire-se liberdade necessária para obter dados estatísticos diversos.

Isso só é possível graças à utilização do recurso chamado PowerPivot, que carrega grandes quantidades de dados a partir de várias fontes, processa em segundos e modela com uma capacidade analítica muito poderosa.

A tecnologia PowerPivot é uma ferramenta de análise de dados que trabalha em conjunto com o Microsoft Excel, e busca na base de dados do Tribunal as informações necessárias para que os usuários possam gerar relatórios personalizados de modo rápido e prático. A base de onde os dados são carregados também é modelada especialmente para este uso, pois os dados são dimensionados e consolidados especificamente para utilização em relatórios, modelagem conhecida como *Data Warehouse*.

Um *Data Warehouse* ou repositório de dados é um sistema de computação utilizado para armazenar informações relativas às atividades de uma organização em bancos de dados, de forma consolidada. O desenho da base de dados favorece os relatórios, a análise de grandes volumes de dados e a obtenção de informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão.

A combinação do *Data Warehouse* e *Powerpivot* foi a solução encontrada pela STI para possibilitar a análise de grandes volumes de dados, coletados de diversos sistemas, como por exemplo o de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamentos e até mesmo da Automação Judiciária do TJMS, o sistema SAJ. Asséries históricas das informações é que possibilitam uma melhor análise de eventos passados, oferecendo suporte às tomadas de decisões presentes e a previsão de eventos futuros.

Estão em fase de testes dois projetos pilotos, o primeiro deles na Secretaria de Gestão de Pessoal, onde foram criadas planilhas de análise com dados históricos das folhas de pagamento dos servidores dos últimos cinco anos. Várias são as



possibilidades com este modelo de dados, como, por exemplo, a geração de gráficos estatísticos do custo efetivo da folha de pagamento do Poder Judiciário por Comarca, Varas, Departamentos e até Coordenadorias. Ou então uma projeção futura do impacto de novas contratações baseando-se nos dados históricos dos últimos anos.

O segundo projeto piloto está em funcionamento na Coordenadoria de Mandados da Corregedoria-Geral de Justiça, possibilitando uma análise detalhada dos cumprimentos de mandados realizados pelos oficiais de justiça de todo o Estado. Um exemplo dos benefícios deste projeto é o cruzamento rápido de dados entre a produtividade dos oficiais de justiça e o número de mandados criados, que, pelo mapeamento gráfico, o gestor da área poderá tomar uma decisão se deve redistribuir os oficiais de uma região para outra ou até mesmo nomear mais servidores para o cargo.



TJ IMPLANTA

SISTEMA DIGITAL

PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul é um dos mais modernos tribunais do Brasil em questão de processos judiciais digitais e, em janeiro de 2012, modernizou-se em relação aos processos administrativos, tornando-os também digitais.

A Secretaria de Finanças do TJMS foi a primeira a implantar essa vantagem. Desde o começo do ano, todos os processos administrativos da Secretaria

foram autuados no formato digital. A agilidade, economia de papel e a desocupação do espaço físico foram umas das vantagens que os servidores da Secretaria encontraram nesse novo modo de tramitação de processos.

Desde 2009 já é possível a tramitação de documentos digitais por meio do SCDPA (Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos) e, no início de 2012, o sistema

passou a oferecer aos servidores a oportunidade de digitalizar também processos administrativos. O processo administrativo digital poderá ser utilizado por todas as Secretarias do Tribunal. A implantação nas demais áreas está sendo feita de forma gradativa.

INSTITUÍDO SISTEMA DE ACESSO *ON-LINE* AOS ANTECEDENTES CRIMINAIS

Foi implantado, no ano de 2011, o Sistema de Integração de Dados com o Instituto de Identificação de Mato Grosso do Sul, o SIDII. O sistema gerencia as atividades de consulta e inserção das informações sobre antecedentes criminais no Estado.

A implantação do SIDII resulta na extinção de retrabalho de procedimentos e torna mais ágil e precisa a consulta e emissão de antecedentes criminais. O acesso ao sistema é exclusivo dos servidores das varas criminais e juizados criminais, os quais realizam inclusões e alterações a fim de manter atualizados os dados.

O Sistema de Integração de Dados originou-se de um

convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e a Sejusp, por intermédio da Coordenadoria-Geral de Perícias e do Instituto de Identificação.

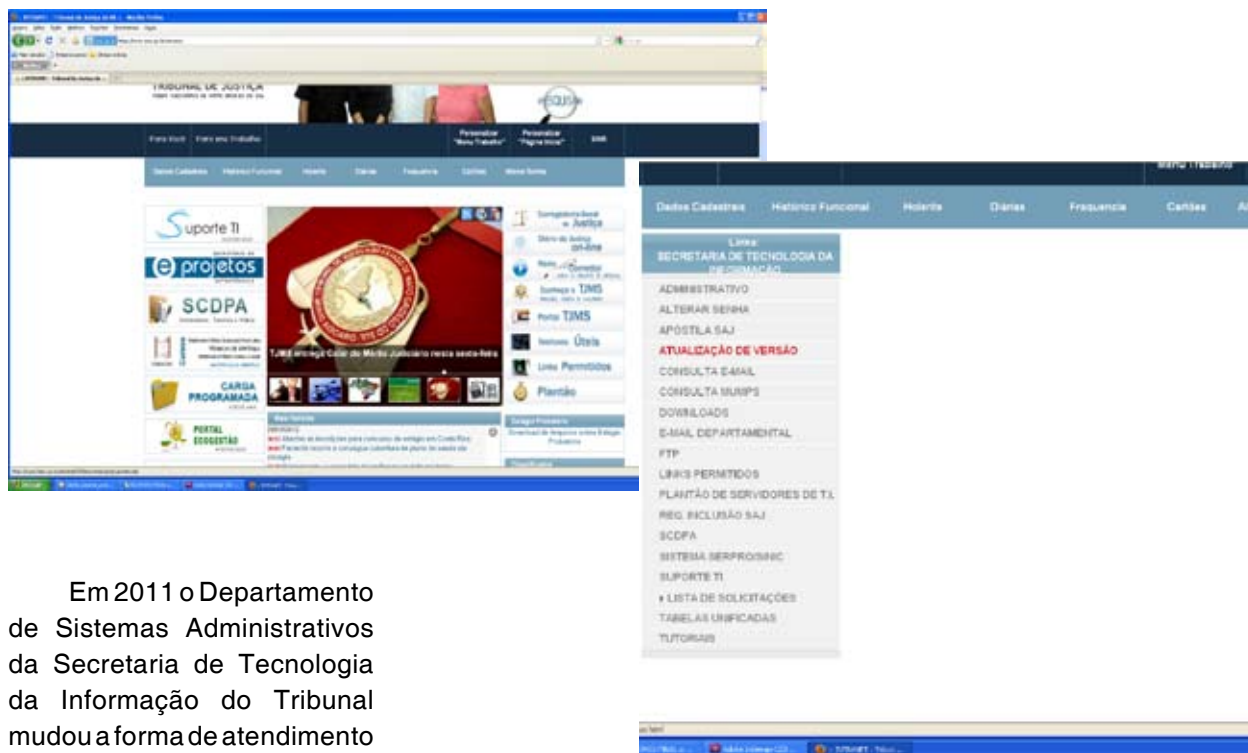
Em um primeiro momento, o convênio possibilitou ao judiciário o acesso ao sistema SGI (Superintendência de Gestão da Informação), no qual constam os dados cadastrados em nível estadual sobre os antecedentes criminais. A parceria agilizou a solicitação feita pelos magistrados acerca destas informações, evitando a burocracia e a demora no envio e recebimento de ofícios.

O SIDII foi desenvolvido para que houvesse um compartilhamento entre o SGI e o SAJ (Sistema de Automação da Justiça), um terceiro programa capaz de realizar a busca de dados nas comarcas de todo o Estado e a alimentação do sistema do Instituto de Identificação. Com isso, há uma troca entre os órgãos, tanto de acesso de antecedentes criminais quanto ao repasse de novas ocorrências para incrementar o banco de dados do SGI.



TI AUTOMATIZA

MANUTENÇÃO E MUDANÇAS DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS



Em 2011 o Departamento de Sistemas Administrativos da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal mudou a forma de atendimento das demandas por serviços de manutenção e também de pedidos de alterações dos sistemas criados pelo departamento e que estão em funcionamento em diversas Secretarias do TJ.

Até então, as solicitações de atendimento eram feitas por *e-mail*, telefone, mensageiro corporativo e também pessoalmente. Havia uma demanda excessiva e pouco gerenciada, com isso, ocorriam muitas alterações nos sistemas as quais não eram registradas ou documentadas. Além disso, havia um desconhecimento de determinados problemas pela direção do departamento, insatisfação dos usuários e dos próprios servidores da TI.

Foi então necessário mudar a forma de atender as solicitações. Primeiramente, foi feito um projeto para definir o processo de trabalho. Depois, foram adquiridas ferramentas para auxiliar na gestão das demandas e foi desenvolvido o sistema que permite o cadastro das solicitações pela intranet.

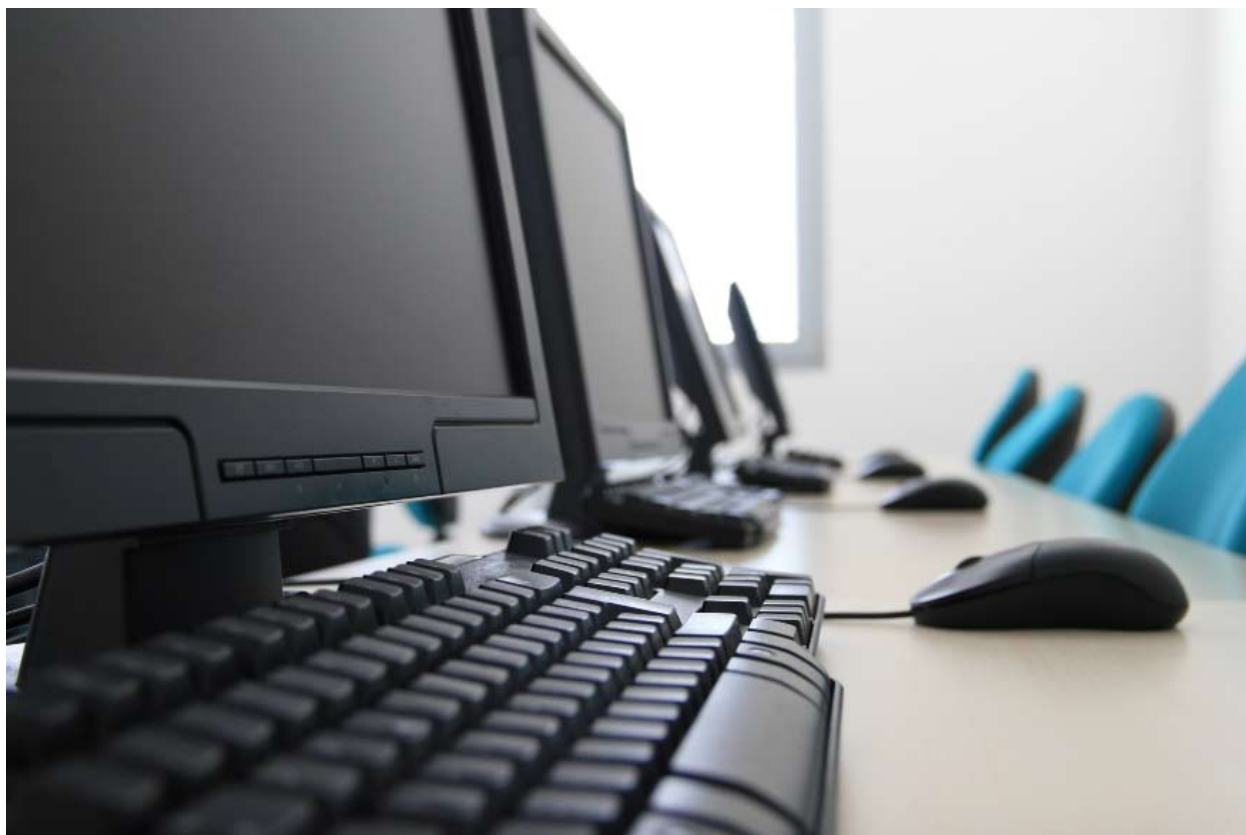
Hoje, todos os pedidos dos usuários são cadastrados na página Suporte TI que está disponível na intranet do TJMS. A modificação teve início em outubro e foi concluída em dezembro de 2011. Como benefícios, hoje há mais controle das atividades que estão sendo desenvolvidas, além da

transparência nas ações executadas.

Como todos os casos são registrados é possível obter um histórico de solicitações e geração de métricas para identificação de oportunidades de melhorias. Além disso, com a organização do atendimento aos usuários, a resolução das demandas foi otimizada e conseqüentemente os servidores do departamento dispõem de mais tempo para focar nos trabalhos de desenvolvimento de novos sistemas.

TJMS

SUBSTITUI TODOS OS COMPUTADORES DOS MAGISTRADOS



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul está substituindo os computadores de todos os juízes e desembargadores do Estado. Ao todo foram adquiridas 300 máquinas HP CORE i5, com tecnologia de ponta e monitor de 20 polegadas. Desde o final de fevereiro de 2012, os novos equipamentos começaram a ser distribuídos entre os magistrados.

A última substituição dos equipamentos dos

juízes e desembargadores ocorreu no final de 2007 e no ano de 2008 quando foram adquiridas máquinas HP AMD Athlon X2, que também eram o que havia de mais atual na época. Em 2009 houve a substituição das máquinas da Secretaria do TJ e do Fórum de Campo Grande. Nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal realizou a troca de maquinário dos servidores

em todas as comarcas do interior do Estado.

A expectativa é de que até o início de abril todas as máquinas sejam substituídas. Os equipamentos que até então eram usados pelos magistrados serão redistribuídos e aproveitados em outras comarcas ou funções.

TJMS RECONHECE IMPORTÂNCIA DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Manter-se atualizado é imprescindível para o servidor do Poder Judiciário, sendo ainda uma oportunidade de elevar o seu grau de escolaridade, desde o ensino médio até o doutorado, qualificar-se profissionalmente e crescer como pessoa.

Reconhecendo a importância desse aprimoramento, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instituiu o adicional de qualificação em agosto do ano passado. Instituído pela Lei nº 3.310/2006 e regulamentado pela Resolução nº 55/2011, o adicional de qualificação é um benefício concedido sobre o vencimento-base do servidor efetivo que se encontre em atividade. De acordo com o regulamento, os percentuais não são cumulativos e, caso o servidor tenha direito a mais de um percentual, prevalecerá o adicional de maior valor, exceção feita para a conclusão de mais um curso de pós-graduação que será acrescido de 2%.

De acordo com dados de fevereiro de 2012, foram concedidos 1.091 adicionais de qualificação, em um total de 1.032 servidores

efetivos que comprovaram nível de escolaridade acima do exigido para o cargo e já estão recebendo o benefício.

Destes, 194 referem-se ao ensino médio; 201 à graduação no ensino superior, 133 para segunda graduação no ensino superior; 487 para especialização ou MBA, 53 para segunda especialização ou MBA; 6 para terceira especialização ou MBA, e 17 para mestrado ou doutorado. Do total, 59 servidores recebem mais do que um adicional, pois concluíram mais de um curso de pós-graduação.

Os dados revelam que a concessão do adicional de qualificação trouxe um grande avanço na política de valorização dos servidores e tornou-se um passo decisivo no processo de modernização da gestão pública. O incentivo à capacitação representa um balanço positivo para ambas as partes: para o servidor, o incentivo financeiro e a possibilidade de ampliação dos conhecimentos e para a Instituição a oportunidade de aprimoramento do quadro de pessoal, visando ao cumprimento efetivo da missão do Poder Judiciário.



IMPLANTADO

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A SERVIDORES

Foi regulamentado no mês de maio de 2011 a concessão de adicional por atividades em situação de insalubridade, de que trata o artigo 88 do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A edição da norma levou em consideração, dentre outros pontos, levantamentos realizados, os quais constataram a existência de atividades insalubres nas dependências do Tribunal. É considerada atividade insalubre aquela que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho expõe o servidor a agente nocivo à sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição a seus efeitos.

Faz jus ao adicional de insalubridade o servidor que trabalha com habitualidade em local insalubre ou em contato permanente com substância tóxica, ou com risco à sua saúde. Não geram direito ao recebimento do adicional o ingresso ou a permanência eventual de servidor em local insalubre e o direito ao adicional cessa com



a eliminação do risco à saúde ou integridade física.

O adicional pelo exercício de atividade insalubre será concedido a partir da lotação do servidor no local, desde que a insalubridade seja atestada mediante perícia. A caracterização e a classificação da insalubridade serão feitas por meio de laudo pericial, sob a responsabilidade de médico do trabalho ou engenheiro do trabalho.

O adicional de insalubridade é calculado com base nos percentuais de 10, 20 ou 40%, em casos de insalubridade nos

graus mínimo, médio ou máximo, respectivamente. O pagamento será alterado ou suspenso quando houver redução ou eliminação, comprovada por perícia, da insalubridade ou cessar o exercício do servidor em local insalubre ou, então, quando for adotada proteção eficaz contra os efeitos da insalubridade.

Dados da Secretaria de Gestão de Pessoal apontam que 21 servidores do judiciário estadual recebem adicional de insalubridade, 19 no percentual de 20% (grau médio) e 2 no percentual de 40% (grau máximo).

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

É PAGO A SERVIDORES POR DIA DE EFETIVO EXERCÍCIO



No mês de agosto de 2011 foi alterada a norma que instituiu e regulamentou o auxílio-alimentação aos servidores ativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

A alteração foi publicada em virtude de decisão do Conselho Superior da Magistratura, na sessão ordinária realizada em 9 de agosto de 2011, que,

por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso que visava ao pagamento do auxílio-alimentação aos servidores nos casos de licença, férias ou outro afastamento remunerado considerado efetivo exercício, com efeito retroativo para alcançar os períodos não pagos desde a implantação do benefício, ou seja, a partir de 1º de maio de 2008.

Desde o dia 25 de agosto de 2011, o auxílio-alimentação é concedido ao servidor por dia de efetivo exercício, em especial nos afastamentos remunerados previstos nos artigos 148 e 155 da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006. A norma produziu seus efeitos a partir de 1º de maio de 2008 e os valores retroativos do período não pago foram efetuados de forma parcelada.



ADMINISTRAÇÃO DO TJ

INVESTE EM MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E NOVAS OBRAS

Durante a presidência do Des. Luiz Carlos Santini, o TJMS concluiu diversas obras, reformas e manutenções de prédios do judiciário estadual. As edificações da Secretaria do Tribunal de Justiça, Gabinetes dos Desembargadores e Fóruns de Campo Grande, Paranaíba e Nioaque passaram por mudanças para garantir acessibilidade aos cidadãos com deficiência visual. Em janeiro de 2012, foi concluída a instalação de piso tátil e reparos no Fórum da Capital.

No mês de fevereiro de 2012, foi concluída a troca de piso interno, tátil e reparos em Nioaque e, no mês de março foi concluída a obra no estacionamento do Fórum de Paranaíba, além da colocação de piso tátil e a realização de reparos.

Além desses trabalhos, em abril de 2011, foi concluída a pintura e os pequenos reparos no Fórum de Aquidauana e, em abril de 2012, será entregue o novo prédio do Fórum da Comarca

de Anastácio, cuja construção teve início em janeiro de 2011. Também em abril de 2012, será concluída a reforma geral do prédio do Fórum da Comarca de Dourados.

No dia 6 de dezembro de 2011 foi inaugurado o miniauditório do Fórum de Campo Grande. Com capacidade para 45 pessoas, o local é mais um espaço disponível aos magistrados da Capital para a realização de eventos de pequeno porte.

Outra ação realizada no ano de 2011 foi a construção de uma cela no Fórum de Dois Irmãos do Buriti. A Secretaria de Obras do Tribunal realizou o projeto que foi executado pelos próprios presos do município. O material para a construção foi doado pela prefeitura local. A obra foi finalizada em fevereiro de 2012.

Um projeto grandioso foi lançado em dezembro de 2011, trata-se da construção da Casa da Cidadania no antigo prédio da rodoviária

da Capital. No local existe a previsão de funcionamento dos juizados especiais, das Varas da Infância e Juventude e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, dentre outros serviços da justiça sul-matogrossense.

O custo da revitalização do edifício será em torno de R\$ 30 e R\$ 35 milhões. A disponibilização do espaço gerará uma economia de R\$ 850 mil em aluguéis dos prédios onde hoje estão localizados o Juizado Central, as coordenadorias e a Escola Judicial. Na Casa da Cidadania a população poderá desfrutar de todo conforto numa localização central de fácil acesso para todos.

Ainda na administração do Des. Santini teve andamento a obra de Reforma da Secretaria do TJ, e estão em licitação as obras de construção de Nova Alvorada do Sul e Sete Quedas e reforma parcial da Secretaria de Bens e Serviços.



MUTIRÃO CARCERÁRIO

ANALISA MAIS DE 8 MIL PROCESSOS EM TEMPO RECORDE

A edição 2011 do mutirão carcerário em Mato Grosso do Sul foi programada para ser realizada ao longo de 30 dias, mas as atividades foram encerradas em tempo recorde em razão da eficiência de juízes e servidores que atuaram neste esforço concentrado.

Os números finais foram divulgados na solenidade de encerramento do mutirão carcerário. No total foram

beneficiados 992 condenados com extinção de pena, livramento condicional, regimes aberto e semiaberto, remição de pena, prisão domiciliar, saída temporária, relaxamento de flagrante, liberdade provisória, entre outros.

Nessa edição todos os processos de execução penal, de condenados do regime fechado, semiaberto e aberto, de diversas comarcas do interior foram

encaminhados para o polo de trabalho instalado em Campo Grande. Atuaram no Mutirão Carcerário 10 juízes convocados e 10 servidores selecionados para auxiliar no trabalho. No total foram analisados 8.675 processos.

Importante lembrar que foram incluídas nos trabalhos do mutirão vistorias em presídios estaduais e delegacias.



MS REALIZA

CONGRESSO DE GESTÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO

De forma pioneira e sob uma perspectiva de futuro, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul realizou, nos dias 20 e 21 de junho de 2011, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande, o I Congresso Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, com o tema “Os desafios e Caminhos da Gestão de Pessoas”.

O objetivo do evento, que teve mais de mil participantes, foi fomentar a interação, a troca de experiências, a inclusão social e a sustentabilidade entre os tribunais na área de Gestão de Pessoas, visando à formação de gestores para o desenvolvimento de práticas que possibilitem a efetividade nas ações alinhadas às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.



O tema escolhido norteou os conteúdos abordados em palestras, apresentações de cases e debates, que contou com renomados debatedores e conferencistas. O evento foi idealizado pelo TJMS e realizado em parceria com o TRT da 24ª Região e áreas de

Gestão de Pessoas do TRE/MS e da Justiça Federal de MS.

No congresso foi realizado o lançamento do convênio de Cooperação Técnica entre os tribunais parceiros para o Plano de Ação Conjunta de Educação Corporativa.



SUCESSO MARCA A SEMANA DA CONCILIAÇÃO 2011 EM MS

Criada pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana da Conciliação é realizada anualmente para motivar os tribunais a buscar entendimento entre as partes e disseminar no país a cultura da resolução dos conflitos judiciais por meio da conciliação.

A realização da semana atende a Resolução nº 125 do CNJ, que instituiu a Política Judiciária Nacional para Tratamento adequado dos Conflitos de Interesses e visa tornar efetivo o princípio constitucional do acesso à Justiça.

Em 2011, o esforço conciliatório foi realizado de 28 de novembro a 2 de dezembro e, em Mato Grosso do Sul, é possível afirmar que foi um sucesso. Em apenas uma semana foram atendidas 8.888 pessoas em primeiro grau e 202 em segundo grau.

Os valores atingiram o montante de R\$ 6.541.468,82 em primeiro grau e R\$ 234.699,00 em segundo grau. No total, em primeiro grau, MS contabilizou 89,95% de audiências de conciliação realizadas em relação às designadas.

Os números
surpreenderam até os

defensores da disseminação da cultura conciliatória. Foram agendadas 6.900 audiências e os números demonstram que a população começa a reconhecer a conciliação como uma forma idônea e eficiente para solução dos conflitos trazidos perante o Judiciário.

Pelo segundo ano consecutivo houve a possibilidade de agendamento *on-line*, por meio do portal do Tribunal de Justiça e, neste caso, o número ultrapassou 840 agendamentos. No último dia, o ônibus da Justiça Itinerante ficou estacionado na Praça do Rádio, região central da Capital de MS, para atender a população que desejava esclarecimentos e conciliações.

Com o *slogan* "Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos", a coordenação da Semana da Conciliação em Mato Grosso do Sul esteve a cargo da Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges, do Des. Vladimir Abreu da Silva e do juiz Fernando Paes de Campos, sob a presidência da desembargadora.



